

Portugal a Produzir

ANÁLISES
E CONTRIBUIÇÕES
DO



edições
Avante!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Portugal a Produzir

ANÁLISES
E CONTRIBUIÇÕES
DO



Portugal a Produzir

ANÁLISES
E CONTRIBUIÇÕES
DO



edições
Avante!



edições
avante!

PORTUGAL A PRODUZIR

2.^a edição

Capa: José Monginho

© Editorial «Avante!», SA — Lisboa, 2011

Tiragem: 250 exemplares

Impressão e acabamento: DPS — Digital Printing Services, Lda.

Data de impressão: Outubro de 2011

Depósito legal n.º 332362/11

ISBN 978-972-550-395-9

www.editorial-avante.pcp.pt

Índice

Capítulo I — Apresentação	7
Capítulo II — Diagnóstico da situação económica, financeira e social.....	11
2.1 — Produto interno bruto (PIB)	11
2.2 — Evolução dos sectores	12
2.3 — Rendimento nacional Bruto (RNB)	13
2.4 — Balança comercial.....	14
2.5 — Défices externos.....	16
2.5.1 — Défice alimentar.....	16
2.5.2 — Défice energético	17
2.5.3 — Défice tecnológico	18
2.6 — Dívidas externa e pública.....	19
2.7 — Investimento	21
2.8 — Emprego	22
2.9 — Salários e distribuição de rendimentos	24
2.10 — Micro, pequenas e médias empresas (MPME).....	26
Capítulo III — A degradação do aparelho produtivo...	27
3.1 — Contornos da destruição do aparelho produtivo ..	27
3.2 — Mistificações do capital e do poder político de direita	36
3.3 — Causas e responsáveis.....	38
3.4 — O papel dos grupos económicos e financeiros	41

3.5 — Capital estrangeiro	45
3.6 — União Europeia: políticas e condicionantes	47
Capítulo IV — Recursos nacionais	51
4.1 — Recursos humanos	51
4.2 — Recursos naturais	53
Capítulo V — Política alternativa.....	57
5.1 — Papel do Estado.....	57
5.2 — Política de desenvolvimento agrícola e florestal.....	60
5.3 — Política de desenvolvimento das pescas	63
5.4 — Política de desenvolvimento industrial	64
5.5 — Produção, salários e justiça social.....	67
5.6 — Factores e meios de produção	72
5.7 — Política de apoio às MPME.....	73
Capítulo VI — Resumo de orientações e medidas.....	75
Capítulo VII — Texto de encerramento	83
Apresentação da Campanha Nacional do PCP em defesa da produção nacional e do aparelho produtivo	91
Referências bibliográficas.....	97

Capítulo I

Apresentação

A campanha Portugal a Produzir, lançada pelo PCP na Festa do Avante! de 2010, destina-se a afirmar o valor estratégico da produção nacional e o aproveitamento das potencialidades do país, para a criação de emprego, o combate à dependência externa e a afirmação de uma via soberana de desenvolvimento.

A campanha partiu da constatação da prolongada fragilização e degradação de importantes sectores produtivos do país, que agravam as dificuldades do crescimento económico, do desenvolvimento social e do exercício da soberania, a níveis que comprometem seriamente a construção de um futuro colectivo que corresponda mais satisfatoriamente aos interesses e aos anseios dos trabalhadores e do povo português.

Pontuada por diversas e numerosas iniciativas, de que se destacam os encontros nas empresas e locais de trabalho com os trabalhadores de diferentes ramos de actividade, mas também com especialistas, pequenos produtores, micro, pequenos e médios empresários, a campanha propôs-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado da realidade e das dificuldades da produção nacional, para uma denúncia das causas e responsáveis da sua estagnação e degradação, para uma consciencialização da sua importância e centralidade na viabilidade de qualquer projecto de desenvolvimento e para a proposta de medidas e soluções para o seu vigoroso crescimento, modernização e articulação com as necessidades sociais da população e de desenvolvimento do país.

O reconhecimento óbvio de que o sector dos serviços cresceu desmesuradamente face aos outros sectores, que estagnaram ou pouco progrediram, e nalguns casos definharam, levou a centrar a campanha na agricultura, silvicultura e pescas, na indústria extractiva e transformadora e na produção energética. Isso não significa que se menosprezam outros sectores produtivos integrados nos serviços, quando se sabe que no sector terciário cresceram acima de tudo actividades não produtivas como as financeiras e imobiliárias, mas decidiu-se dar uma ênfase especial à produção de bens transaccionáveis e de energia, em que o atraso se tornou particularmente expressivo (é, por exemplo, a razão por que se trata mais aprofundadamente a balança comercial do que a balança corrente).

Neste contexto, expressões como a «destruição» ou «liquidação do aparelho produtivo» (ou «da produção») não pretendem obviamente afirmar que o país perdeu a agricultura ou a indústria. Nem sequer que necessariamente diminuíram as quantidades físicas globais produzidas por estes sectores, embora, em certos anos, isso tenha sucedido. O que se quer expressar, relativo a estes sectores, é a verdadeira extinção ou quase extinção de unidades e segmentos do aparelho produtivo do país, a extinção ou quase extinção de várias actividades, a degradação e desinvestimento ameaçadores da sobrevivência de numerosas outras, a perda de potencialidades de desenvolvimento, a quebra do peso e representatividade na economia do país, a estagnação prolongada e, em alguns períodos, o decréscimo do volume de produção, a possibilidade sombria dos seus declínios não só relativos como absolutos.

A campanha Portugal a Produzir desenvolveu-se ao longo de vários meses e acompanhou a evolução da situação do país, seja no plano económico e social, seja no plano político. Uma realidade em movimento, em que se reflectiram o conjunto das medidas ditas de austeridade, em que se acentuou a espiral especulativa em torno da dívida pública nacional e o correspondente saque pelo grande capital aos recursos do país, em que se degradou o quadro macroeconómico com a reentrada em recessão, em que se precipitou a demissão do governo PS, a realização de eleições legislativas e a formação do novo governo PSD/CDS, em que se abriu a porta a

uma ilegítima intervenção externa do FMI/BCE/UE e à imposição de um programa de submissão e agressão ao povo e ao país.

Mas a evolução dessa mesma realidade, o próprio aprofundamento da política de direita quando prossegue a crise do capitalismo, reforçou a oportunidade e o papel desta campanha que, em boa hora, o PCP decidiu levar a cabo. A defesa da produção nacional — quando se tornaram mais evidentes as fragilidades estruturais do país — passou a ser invocada mesmo por muitos daqueles que antes se candidataram a seus coveiros. Mas mais importante do que isso, ela afirmou-se como uma questão central na vida do país, um factor de mobilização de muitos democratas e patriotas que aspiram a um país de progresso e justiça social, a um Portugal soberano e independente.

Entendeu-se ser de utilidade proporcionar aos activistas e participantes desta campanha um documento de apoio, que fornecesse um mínimo de elementos de análise, diagnóstico e discussão sobre a realidade económica e social dos sectores que foram o seu objecto. O documento acabou por se tornar um pouco numa súplica da campanha e reflectir nas suas páginas a informação e debate suscitados, achegas para a consideração de uma política alternativa e diversas propostas, como surgiram, vivas, dos encontros, das iniciativas e da reflexão colectiva. Excedendo a intenção inicial, nunca pretendeu ser exaustivo, nem sequer equilibrado, desde logo porque algumas áreas foram acompanhadas mais de perto. Mas acabou por ser mais do que um apanhado de propostas, que devem ser ponderadas e valorizadas, e pode ser lido como uma contribuição, parcial mas fundamentada, para a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, em linha com a intervenção política que o PCP protagonizou ao longo de décadas, em defesa da produção nacional e de ruptura com o rumo de desastre nacional, a que o novo governo PSD/CDS se prepara para dar agravada continuidade.

O capítulo II faz um breve diagnóstico da situação económica e financeira, nos seus traços macroeconómicos, e social do país, no momento presente e na sua evolução nas últimas décadas. O capítulo III tira o retrato da degradação do aparelho produtivo da agricultura, pescas e indústria e discute as causas, condicionantes e

responsabilidades. O capítulo IV incide sobre os recursos, humanos e naturais, com que o país pode contar para revitalizar a produção nestes sectores. O capítulo V preocupa-se com a construção de uma política alternativa multifacetada nestas áreas. O capítulo VI, sem a preocupação de ser exaustivo, faz um apanhado de propostas referidas no documento. O capítulo VII encerra.

edições
Avante!

The logo consists of a stylized hammer and sickle symbol in a light grey color, positioned to the left of the text. The word 'edições' is written in a serif font, and 'Avante!' is written in a bold, sans-serif font below it.

Capítulo II

Diagnóstico da situação económica

2.1 — Produto interno bruto (PIB)

A política de direita e de abdicação nacional, ao serviço dos grupos económicos e financeiros, conduziu a uma grave crise que o seu prosseguimento agravará.

Nos dez anos anteriores, entre 2001 e 2010, o PIB terminou com 172 699,4 milhões de euros no último ano, mas em termos reais o crescimento médio anual foi apenas de 0,7%. Esta situação de estagnação e atraso relativamente aos países da UE não se deveu simplesmente ao agravamento da crise do capitalismo, pois antes do seu início, entre 2001 e 2007, o crescimento médio já tinha caído para 1,1% ao ano. O governo PS nada resolveu e tudo agravou ao manter o rumo das políticas de direita. Nos primeiros cinco anos do seu mandato, entre 2006 e 2010, o crescimento médio reduziu para 0,5% ao ano.

Em finais do ano passado, o país voltou a cair em recessão, tendo o PIB contraído em cadeia 0,6% no último trimestre de 2010 e novamente no primeiro trimestre de 2011. As previsões, reconhecidas oficialmente, apontam para uma queda real de -2,2% em 2011 e de -1,8% em 2012.

A última década foi verdadeiramente uma década perdida. Devido a políticas totalmente erradas paralisou-se o crescimento e atrasou-se o país em relação à média da União Europeia. Terão decorrido vários anos desde a acentuação da crise do capitalismo

antes que se recuperem os níveis de actividade económica anteriores, com todas as implicações daí decorrentes para a situação social, especialmente dos níveis de emprego. Corre-se mesmo o risco de terminar esta nova década com uma produção de riqueza inferior à do seu começo; então se poderia falar em declínio nacional, não apenas em sentido relativo, em comparação com a média comunitária ou mundial, mas em sentido absoluto. A não inverter-se o rumo das políticas governamentais, o máximo a que o país pode aspirar é a continuação de uma prolongada estagnação. Mais uma década perdida.

2.2 — Evolução dos sectores

Em meados da década de 70, o conjunto da agricultura e da indústria valia mais de 60% do valor acrescentado bruto nacional. Em 1974, a agricultura, silvicultura, caça e pesca representavam cerca de 15,5% e as indústrias extractivas, transformadoras, electricidade, gás, água, construção e obras públicas representavam cerca de 46%; os serviços, incluindo o comércio, os transportes e as actividades financeiras, entre outras, representavam cerca de 38,5%.

O peso do aglomerado da agricultura e da indústria tem vindo gradualmente a diminuir na economia; inversamente, o dos serviços tem vindo a aumentar. Por exemplo, em 1995 ⁽¹⁾, o conjunto da agricultura, silvicultura e pesca, da indústria, da energia, água e saneamento e da construção já só representava cerca de um terço (34,4%); o conjunto dos serviços representava cerca de dois terços (65,6%).

Mas em 2010, a situação tinha-se agravado ainda mais. A agricultura, silvicultura e pesca estava restringida a apenas 2,4%, a indústria, incluindo a energia, água e saneamento e a construção, a 23,5%; inversamente, os serviços tinham aumentado para 74,1%. Isto é, o peso da agricultura mais a indústria na economia tinha-se

⁽¹⁾ A partir deste ano a valorização faz-se a preços de base em vez de preços no produtor. Altera um pouco a distribuição do peso dos sectores, pelo que não é inteiramente comparável com a composição anterior.

reduzido a cerca de um quarto, o dos serviços tinha-se elevado a cerca de três quartos.

O desenvolvimento dos serviços é uma característica intrínseca dos estados capitalistas modernos, especialmente dos mais avançados. A elevação mais rápida da produtividade na produção de bens, a extensão da satisfação de necessidades pessoais e colectivas, a administração, manutenção e defesa da ordem social, as dificuldades de realização da mais-valia (de vender a produção e repartir os lucros pela classe capitalista), a fuga dos investimentos para a especulação, hipertrofiaram o sector, particularmente as actividades comerciais e financeiras (a desafecção da indústria de actividades nela organicamente inseridas também empola artificialmente os serviços).

Mas em Portugal, o crescimento do peso relativo dos serviços traduz, a par de tudo isso, a estagnação, o bloqueamento e mesmo a destruição do aparelho produtivo dos sectores primário e secundário.

A evolução do valor acrescentado bruto em volume (a preços constantes em vez de preços correntes) mostra-o bem na última década e meia, para a qual há dados uniformizados. A agricultura, silvicultura e pesca, depois de uma diminuição, está perfeitamente estagnada desde 1998, com curtas oscilações. A indústria, incluindo a energia, água e saneamento e a construção, aumentou razoavelmente de 1995 a 2001, estagnou até 2007 e foi duramente atingida pela crise em 2008-09, de que praticamente recuperou muito pouco. O aglomerado dos dois sectores, dado o muito maior peso da indústria, teve uma evolução semelhante a esta, acabando a recuar para os níveis de há catorze anos. Por contraste, os serviços aumentaram continuamente desde 1995, tendo apenas acusado o toque da crise em 2009, ano em que diminuíram muito ligeiramente.

2.3 — Rendimento nacional bruto (RNB)

A diferença entre os rendimentos pagos e recebidos do exterior, desfavorável ao nosso país, tem-se reflectido, nas contas

nacionais dos últimos anos, num persistente desvio do RNB abaixo do PIB, que, de acordo com dados preliminares, em 2010 foi de menos 3,4%. Esta diferença, que fecha a evolução gradualmente divergente ao longo da década, justifica que não se negligencie o RNB, dado que mede mais acertadamente que o PIB a riqueza que fica no país.

O fraco rendimento nacional, constringindo e associando-se a uma fraca poupança interna e à necessidade de recorrer ao exterior para financiar a economia, que agrava o insustentável endividamento do país, impossibilita que a economia nacional galgue para patamares de investimento superiores e constitui um poderoso bloqueio do seu progresso.

De facto, a poupança nacional, já substancialmente mais baixa que a média comunitária, tem mostrado uma tendência para a sua diminuição, reduzindo-se a poupança bruta em 2010 ao minguado valor de 9,2% do PIB.

O país precisa de crescer. O PIB e o RNB têm que aumentar a taxas anuais significativas. A estagnação económica é um coletor-de-forças que manietta o desenvolvimento social, a melhoria dos padrões de vida dos trabalhadores e das populações.

2.4 — Balança comercial

Entre 1993 e 2010, período coberto pelas estatísticas mais recentes do INE, a balança comercial de bens registou sempre saldos deficitários, que geralmente acentuou, com um agravamento particularmente nítido entre 2004 e 2008. Em 2010, o défice foi de 20 291 milhões de euros.

Em todos estes anos, a taxa de cobertura das importações pelas exportações nunca atingiu os 70% (64,4% em 2010).

Os saldos comerciais negativos oscilaram numa banda equivalente a 9–15% do PIB (11,7% em 2010).

Além disso, o comércio internacional português de bens, seja nos movimentos de saída seja de entrada, tem estado afunilado na União Europeia, muito para além do que seria natural e inevitável dada a situação geográfica. Desde 1993 até hoje, o peso

dos países da CEE/UE foi, em média, aproximadamente, de 80% relativamente às saídas e de 77% relativamente às entradas do comércio externo nacional. A partir de 1995, o estreitamento dos fluxos comerciais acentuou-se e só a partir de 2006 se verifica uma redução do peso do mercado intracomunitário nas exportações de bens. A UE constituía em 2010 o destino de 75,0% das saídas e a origem de 75,7% dos bens adquiridos por Portugal (a taxa de cobertura para este mercado foi de 63,8%). Sem surpresas, a Espanha é o principal parceiro comercial, com 26,6% das exportações e 31,2% das importações; seguem-se a Alemanha e a França, com, respectivamente, 13,0% e 11,8% das exportações e 13,9% e 7,3% das importações (dados de 2010).

Os persistentes défices da balança comercial agravaram o endividamento do país e tornaram-se insustentáveis. A panaceia do governo consiste em combater esses défices com a promoção das exportações. Sem dúvida que as exportações devem ser promovidas e há potencialidades que devem ser exploradas e aproveitadas, até porque Portugal tem um peso das exportações no PIB relativamente reduzido para um país europeu com a sua dimensão demográfica. Mas a balança comercial tem dois lados, o das saídas e o das entradas, e o défice tem que ser atacado pelos dois, numa estratégia equilibrada que não subalternize nenhum.

Não há possibilidade de atenuar substancialmente o desequilíbrio e muito menos de tornar o país excedentário se, dada a grande desproporção entre os dois sectores, o incremento das exportações não for acompanhado de uma redução do nível ou, no mínimo, de um incremento em proporção bastante menor das importações, sem o que a balança comercial se torna verdadeiramente in comportável.

Incrementar as exportações diminuindo os custos do trabalho, através de violentas medidas de austeridade, que agravam a polarização social e empobrecem ainda mais os trabalhadores e as populações, talvez possa melhorar transitoriamente a posição competitiva do país, o que já de si é pouco plausível com a crescente concorrência de países de salários muitíssimo inferiores, mas esse efeito esgota-se rapidamente quando a economia nacional, em resultado da errada aposta nos baixos salários, se

distancia dos outros países nos ritmos de crescimento da produtividade.

O problema crónico do défice da balança comercial, bem como o da balança corrente (que inclui os serviços), não pode e não deve resolver-se à custa da restrição do consumo popular, aliás de menor propensão para os produtos de importação quando comparado com o das elites que beneficiam das medidas de austeridade.

2.5 — Défices externos

Portugal é deficitário em algumas áreas particularmente sensíveis para a sua soberania, que afectam a sua capacidade de construir um projecto nacional autónomo, que sirva melhor os interesses do seu povo. Esses défices constituem importantes componentes do desequilíbrio da sua balança comercial.

2.5.1 — Défice alimentar

As exportações da agricultura (vegetal e animal), caça e pesca e das indústrias alimentares não compensam as importações da mesma área. A taxa de cobertura, de 34,3% em 1993, oscilou até 2001 e desde então tem vindo a aumentar gradualmente, até 50,2% em 2010. Ainda assim, o país, no domínio alimentar, importa o dobro do que exporta. O saldo negativo, em 2010, era de -2,2% do PIB, cerca de um quinto do défice de toda a balança comercial de bens.

Embora globalmente a maioria do consumo alimentar da população seja satisfeita pela produção nacional, Portugal está longe da auto-suficiência, importando perto de um terço das suas necessidades agroalimentares, é persistentemente deficitário em numerosas produções e, nalguns casos importantes, como o dos cereais ou da carne de bovino, a maioria do consumo é importada do estrangeiro.

Merece especial atenção o caso do trigo. Pela relevância geral dos cereais e tubérculos nos padrões alimentares recomendados,

mas sobretudo pela grande capitação no consumo alimentar português (112,5 kg por habitante/ano, em 2009/10) e o baixíssimo grau de auto-aprovisionamento (5,7%, no mesmo ano). O milho é outro caso de fraco grau de auto-aprovisionamento (31,9%, em 2009/10); embora, ao contrário do trigo, se destine na sua esmagadora maioria ao consumo animal, as elevadas quantidades importadas pesam no défice da balança comercial alimentar. Ambas as produções se ressentiram muito da enorme redução das áreas de cultivo nas últimas três décadas, embora o milho tenha conseguido compensar com aumentos de produtividade.

O acentuado aumento dos preços internacionais dos cereais (o milho já bateu recordes históricos, o trigo para lá caminha), bem como dos alimentos em geral, a par da incapacidade de incrementar substancialmente a produção agrícola e pesqueira, não augura nada de bom para a satisfação das necessidades alimentares nem para a correcção do défice comercial do país.

2.5.2 — Déficit energético

Portugal tem uma elevada dependência energética, muito acima da média da UE. Nas três décadas, terminadas em 2008, para que há dados disponíveis, teve que importar cada ano cerca de 84% da energia que fornecia à sua economia. Em 2008, esta percentagem foi de 81,2%.

O país não produz petróleo, nem gás natural, nem carvão (desde 1994, quando encerrou a última mina). A produção doméstica de energia primária, inteiramente baseada nas energias renováveis, cobre apenas uma pequena parcela do consumo final: 18,8% do abastecimento em 2008.

O petróleo permanece como a principal fonte primária de energia em Portugal, embora a sua proporção tenha vindo a diminuir nas últimas quatro décadas, de 75,5% em 1973, para 64,2% em 2001 e 52,9% em 2008. Não surpreende por isso que as suas importações (mais as de gás natural e carvão) pesem duramente no saldo negativo do comércio externo. O défice da balança energética do país, com oscilações, subiu ao longo da década anterior,

de 2,9% do PIB em 2001 para 4,9% em 2008, perto de um terço do défice da balança comercial de bens.

A incapacidade estrutural da produção mundial de petróleo, que se abeirou do nível máximo, em satisfazer a procura que os actuais padrões de consumo exigem e previsivelmente exigirão no futuro pressiona os preços para cima. Mesmo antes dos recentes acontecimentos no mundo árabe, o custo do barril de Brent (referência europeia) já tinha ultrapassado os \$100 e, em princípios de Abril, ultrapassou os \$120.

O défice energético é, também por isso, um dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento do país.

2.5.3 — Défice tecnológico

A classificação dos produtos da indústria transformadora segundo o grau de intensidade tecnológica baseia-se na proporção de despesas de investigação e desenvolvimento no valor acrescentado ou na produção. As produções de alta e média-alta tecnologia apanham os sectores ditos de ponta e os que usam tecnologias mais avançadas.

Mas as exportações portuguesas da indústria transformadora apoiam-se maioritariamente em produções de fraca sofisticação. Portugal especializou-se em produtos de baixa intensidade tecnológica, como as madeiras, cortiça e suas obras ou os têxteis, vestuários e calçado, e de média-baixa intensidade tecnológica, como os produtos minerais não metálicos.

O resultado é um enorme e persistente défice no comércio externo de produtos industriais de alta intensidade tecnológica, como os produtos farmacêuticos, os equipamentos de rádio, TV e comunicações ou os equipamentos de escritório e computação, e de média-alta intensidade tecnológica, como os produtos químicos, os veículos a motor, reboques e semi-reboques ou as máquinas e equipamentos.

Em 2010, o défice de produtos da indústria transformadora de alta e média-alta tecnologia constituía 57,2% do défice de toda a balança comercial de bens (6,7% do PIB). Mesmo que conside-

rássemos apenas os bens de alta tecnologia, ainda assim constituía 22,4% do défice comercial (2,6% do PIB).

Mas o significado qualitativo deste défice é talvez ainda mais negativo, porque traduz o atraso na modernização da indústria portuguesa, o seu acantonamento em produções tradicionais, de equipamentos e técnicas atrasados, mão-de-obra barata e baixa produtividade. A desindustrialização que se deu com a privatização e liquidação de importantes unidades industriais do sector empresarial do Estado, que pertenciam a sectores tecnologicamente mais avançados e que tinham sido objecto de um significativo esforço modernizador, influenciou negativamente o grau de intensidade tecnológica e o défice industrial externo.

2.6 — Dívidas externa e pública

A dívida externa líquida nacional (pública e privada, indicada nas estatísticas pela posição de investimento internacional) tem vindo a aumentar gradualmente desde 1996 em relação à riqueza produzida no país. Em 2009 ultrapassou os 100% do PIB. Diminuiu pela primeira vez em 2010, quando fechou o ano com um passivo de 107,7% do PIB (no final de 2009 era de 110,9%). É elucidativo recordar que em 1996 era apenas de 10,3% do PIB, mas a liberalização desvantajosa dos fluxos comerciais e financeiros exteriores, nomeadamente com a adesão à CEE e a continuada política de direita, não poderia deixar de conduzir ao agravamento.

E a capacidade de financiamento da economia, dada pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, é persistentemente negativa há muitos anos, mais expressivamente na última década e especialmente no último lustro, com o valor em 2010 de -8,8% do PIB.

A dependência do financiamento externo anualmente reproduzida e o valor da dívida externa tornam-se insuportáveis para o tamanho da economia portuguesa. O endividamento acumulado em relação ao estrangeiro, cujas causas estruturais foram agravadas com a moeda única, adquiriu uma tal dimensão que se transformou num dos principais garrotes do desenvolvimento do

país, coarctando-lhe a autonomia, sujeitando-o à chantagem dos especuladores internacionais, fragilizando a defesa da soberania, restringindo o investimento e fornecendo a conveniente justificação para as chamadas políticas de austeridade.

A dívida pública portuguesa, em relação ao PIB, foi de 93,0% em 2010, prevê-se oficialmente que fique em 106,4% em 2011 e projecta-se, com total irrealismo, que atinja um máximo de 115,3% em 2013 e que decline a partir daí. Na verdade, sobretudo com os elevados juros estipulados para o empréstimo acordado recentemente com o FMI/BCE/UE, o Estado português entrou numa dinâmica de insolvência e não conseguirá sustentar o crescimento da dívida pública em relação ao PIB, que se tornou impossível de pagar sem uma necessária renegociação.

Os juros desta dívida atingiram no mercado secundário em Julho de 2011 valores superiores a 20%, 20%, 17% e 13%, respectivamente para as obrigações do tesouro a dois, três, cinco e dez anos, mas os títulos foram em parte comprados com créditos obtidos no Banco Central Europeu a juros muito inferiores, o que evidenciou os enormes lucros realizados pela especulação financeira e o irrealismo das condições e dos prazos programados para o Estado se voltar a financiar normalmente nos mercados de capitais. O Orçamento do Estado de 2011 contempla mais de 6300 milhões de euros para o pagamento de juros e outros encargos com o financiamento do Estado.

O défice público em 2010 foi de 9,1% do PIB. As metas acordadas pelo governo para os anos seguintes são de -5,9% em 2011, -4,5% em 2012, -3,0% em 2013, -2,3% em 2014, -1,9% em 2015 e -1,8% em 2016.

É necessário baixar o défice orçamental, mas a um ritmo que não sobreponha esse objectivo à necessidade de crescimento da economia. Não se defende o desperdício, o despesismo, o descontrolo e a desregra orçamental. Tem que haver ponderação, racionalização e controlo severo no gasto e investimento público. Há dispêndios de verbas e perdas de receitas que podem ser encurtados ou mesmo eliminados, como é o caso das parcerias público privadas ou dos benefícios fiscais concedidos ao grande capital. Mas, globalmente, a despesa pública não deve diminuir, as receitas

é que têm que aumentar. Só assim será possível suportar o desenvolvimento da acção do Estado, no cumprimento dos seus deveres sociais (que a Constituição, apesar de desfigurada, lhe continua a atribuir) e das suas responsabilidades no investimento público. Nota-se uma divisão entre aqueles (à direita) que querem atacar o défice orçamental pelo lado das despesas e aqueles (à esquerda) que querem atacá-lo pelo lado das receitas.

É igualmente necessário proceder à renegociação da dívida pública, no que diz respeito a juros, prazos e montantes. Uma renegociação sem condições políticas como aquelas a que querem sujeitar o país, que permita cortar o garrote imposto pelos especuladores, pela UE e o FMI, e destinar verbas que garantam o investimento público, o crescimento económico e a criação de emprego. Uma renegociação acompanhada da diversificação das fontes de financiamento do Estado, da sustentabilidade das contas públicas e de uma intervenção convergente com outros países também atingidos pela especulação e pelo impacto da moeda única.

2.7 — Investimento

O investimento, público e privado, incluindo a formação bruta de capital fixo (FBCF) e as variações de existências de matérias-primas e produtos, voltou a cair, pelo terceiro ano consecutivo, em 2010 (-5,3%, depois da grande queda de -13,7% em 2009), atingindo novo mínimo histórico em percentagem do PIB, de que representa apenas 19,0%.

Na década de 2000 a 2010, a formação bruta de capital fixo, que fornece mais rigorosamente o investimento em bens de capital (embora incluindo ainda o investimento em habitação das famílias), passou de 27,7% para 19,0% do PIB, com um comportamento das administrações públicas ainda mais nefasto que o das empresas. Prevê-se que volte a cair em 2011 e 2012. Seria necessário recuar aos anos 50 do século passado para encontrar níveis tão baixos. Exactamente ao contrário do que seria preciso.

Sem um enorme esforço investidor não é possível modernizar a economia portuguesa, recuperar de atrasos tecnológicos,

acelerar o crescimento da produtividade, aumentar a eficiência das empresas, melhorar a posição competitiva do país, atenuar o fosso para as nações mais desenvolvidas, promover o desenvolvimento social. O investimento público tem aqui um papel incontornável, estruturante e decisivo. Ao Estado não lhe cabe apenas dar o exemplo nas empresas públicas; cabe-lhe através da acção legislativa, institucional e financeira, definir, promover, apoiar, orientar, coordenar e dirigir uma estratégia continuada, equilibrada, integradora, animadora e modernizadora do conjunto do aparelho produtivo do país.

2.8 — Emprego

Desde 2000, a estrutura do emprego em Portugal modificou-se sensivelmente. De modo aproximado, em relação ao total, o emprego na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca diminuiu de 12,6% para 10,0%, na indústria, construção, energia e água diminuiu de 35,0% para 27,5% e nos serviços aumentou de 52,4% para 62,5%. A quebra do emprego na agricultura e indústria, na ordem dos 500 mil postos de trabalho, bem reveladora da destruição do aparelho produtivo nacional, não foi inteiramente compensada pelo aumento de emprego nos serviços. A população empregada no primeiro trimestre de 2011 era de 4866,0 mil.

O aumento continuado do desemprego desde 2000 (com uma pequena quebra em 2008, logo compensada no ano seguinte) traduz socialmente o longo período de estagnação que o país atravessa. A taxa de desemprego, que partiu de 3,9% em 2000, agravou-se abruptamente com a recessão originada pelo agravamento da crise do capitalismo e atingiu, no quarto trimestre do ano passado, 11,1%, o nível mais alto desde que o instituto de estatística europeu começara a recolher os dados em 1983. No primeiro trimestre de 2011, com uma nova metodologia de inquérito, a taxa de desemprego alcançou os 12,4%. Neste trimestre, os homens tinham uma taxa de desemprego de 12,0%, as mulheres de 12,8% e os jovens dos 15 aos 24 anos de 27,8%. A população desempregada ascendia a 688,9 mil, incluindo 84,5 mil com nível de escolaridade superior completo.

Mas a estatística não contabiliza como desempregados aqueles que trabalham involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho (subemprego visível; basta trabalhar uma hora na semana de referência do inquirido para ser considerado empregado) e aqueles que não têm trabalho, queriam mas não procuraram e estão disponíveis (inactivos disponíveis) ou desistiram de fazer diligências (inactivos desencorajados). Se acrescentarmos estas categorias temos uma população desempregada de 1066,9 mil, correspondendo a uma taxa de desemprego efectiva de cerca de 18,5% para o primeiro trimestre de 2011, calculada por excesso mas mais realista.

Mesmo considerando apenas no sentido restrito das estatísticas oficiais, o número de desempregados de longa duração, à procura de emprego pelo menos há um ano, tem aumentado muito, reflectindo o bloqueamento da criação de novos postos de trabalho. No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego de longa duração já era de 6,6%, mais de metade dos desempregados procurava trabalho há mais de um ano e perto de um terço procurava há mais de dois. São muitos os trabalhadores e as famílias que ficam completamente desamparados com a perda dos subsídios de desemprego.

Desde 2000 que aumenta (ainda que com ligeiras irregularidades) a proporção dos trabalhadores com contratos a prazo no total dos assalariados. De 14,1% em 2000 passou para 18,7% no primeiro trimestre de 2011, afectando uma média de 713,8 mil trabalhadores (mas existiam mais 129,1 mil com situação estatisticamente indefinida). O número de trabalhadores por conta própria não empregadores foi de 766,3 mil no primeiro trimestre de 2011; os trabalhadores a recibos verdes, na sua esmagadora maioria de facto a prestar serviço como trabalhadores por conta de outrem sem os correspondentes direitos («falsos recibos verdes»), representaria, grosso modo, cerca de metade desse número. Os trabalhadores com vínculo precário, a contrato a prazo ou a falso recibo verde, ultrapassam largamente um milhão.

No final de Abril deste ano, apenas 294 194 desempregados, pouco mais de metade dos registados, recebia alguma espécie de subsídio de desemprego (se excluirmos os subsídios sociais, ini-

cial e subsequente, apenas 236 529 recebiam subsídio de desemprego), situação que se agravará com a persistência e o aumento do desemprego de longa duração. O valor médio dos subsídios era de 493,42 euros.

Com as perspectivas de recessão e estagnação para a próxima década, o desemprego e a precariedade poderão oscilar, mas a tendência será de aumento. Não será fácil recuperar os níveis, mais baixos, do início da década passada e muito menos aproximar do pleno emprego, seguro e com direitos. O desemprego e a precariedade são estruturais no capitalismo e, de forma massiva, tornaram-se endémicos na sociedade portuguesa. A política de direita, nomeadamente no domínio da legislação laboral, contribuiu decisivamente para isso.

2.9 — Salários e distribuição de rendimentos

Em 2008, o ganho médio mensal líquido (antes de quaisquer descontos) dos trabalhadores das empresas a tempo completo era de 1008 euros (a remuneração média mensal de base, líquida, era de 843 euros). Mas destes trabalhadores, cerca de 29% auferia um salário base mensal inferior a 500 euros e apenas cerca de 21% recebia igual ou superior a 1000 euros.

Em 2009, o ganho médio mensal dos assalariados a tempo inteiro nas empresas era de 1034 euros. Em Outubro desse ano, 8,7% deles recebia o salário mínimo (450 euros); proporção que subiu, em Abril de 2010, para 9,4% (com o novo salário mínimo de 475 euros).

Em 2010, segundo as previsões do Banco de Portugal, o crescimento das remunerações dos trabalhadores deve ter-se situado em 2,2%, abaixo dos 3,2% de 2009 (considerando apenas o sector privado, o crescimento em 2010 deve ser de 2,7%, abaixo dos 3,1% de 2009).

Globalmente, os salários dos trabalhadores são muito baixos em Portugal. Por exemplo, a remuneração líquida dos assalariados a tempo inteiro na indústria e serviços era, em 2007, menos de metade da média da UE. O Banco de Portugal registava no Outono

passado uma «forte desaceleração dos custos unitários do trabalho, no contexto de um crescimento significativo da produtividade por trabalhador», mas o grande patronato não deixa que estes ganhos de produtividade aproveitem também aos trabalhadores.

O país tem cerca de 2 milhões de pobres. Em 2009, 17,9% da população do país, cerca de 1900 mil habitantes, encontrava-se em risco de pobreza, ou seja, o seu rendimento anual era inferior ao limiar de pobreza, estabelecido nesse ano em 5207 euros anuais (434 euros por mês). Em 2010, 22,5% da população, cerca de 2393 mil residentes, vivia em agregados com dificuldades materiais (definidas com base num conjunto de indicadores de privação material) por motivos económicos.

Portugal é dos países desenvolvidos com maior desigualdade na distribuição do rendimento das famílias. Medindo com os coeficientes de Gini (cuja escala varia de zero, quando todos os indivíduos têm o mesmo rendimento, a 100, quando um só indivíduo concentra o rendimento todo), Portugal tinha em 2007 o elevado valor de 35,8, só ultrapassado na UE pela Letónia, a Bulgária e a Roménia. Em 2009 este índice tinha diminuído para 33,7, mas os 20% mais ricos tinham um rendimento cerca de seis vezes superior aos 20% mais pobres e os 10% mais ricos tinham um rendimento cerca de nove vezes superior aos 10% mais pobres.

Em 1974-77, como consequência directa do processo revolucionário iniciado pelo 25 de Abril, a parte do trabalho na distribuição do rendimento nacional atingiu a sua expressão mais elevada de sempre. Neste período, o peso das remunerações do trabalho em percentagem do PIB esteve sempre acima dos 60% e, em 1975, chegou mesmo a atingir os 69,4%. Desde 1992, com ligeiras oscilações, está estabilizado próximo dos 49,5%, abaixo do verificado nos últimos dez anos do fascismo. Em 2010 foi de 51,1%, artificialmente empolado, como sucedeu no ano anterior, com a queda do PIB verificada na crise. Apesar de não descontar as depreciações do capital, é um indicador, grosseiro mas válido, do grande aumento da taxa de exploração que resultou do processo de reconstituição do capitalismo monopolista, começando o seu declínio praticamente com o início do processo contra-revolucionário.

2.10 — Micro, pequenas e médias empresas (MPME)

As MPME têm um papel fundamental na economia nacional, pois são as principais responsáveis pela criação do emprego e da riqueza. Se considerarmos, daqui para a frente, as sociedades não financeiras, excluindo a agricultura, caça e silvicultura, existiam em Portugal, em 2008, cerca de 350 mil MPME, 99,7% de todas as sociedades, que representavam 72,5% do emprego, 59,8% do valor acrescentado bruto (ao custo de factores, VAB_{cf}) e 60,9% do investimento (FBCF) do total das sociedades (não financeiras).

As microempresas constituíam 85,6% de todas as sociedades mas representavam 26,9% do emprego, 15,2% do valor acrescentado bruto e 21,7% do investimento do total das sociedades.

Em 2008, em média, as microempresas tinham 2,7 pessoas, as pequenas 18,3, as médias 88,9 e as grandes 741,4 (a média de todas as sociedades era de 8,6), e um peso dos custos com o pessoal no VAB_{cf} , respectivamente, de 70,4%, 66,6%, 62,3% e 54,7% (a média de todas as sociedades era de 61,5%), uma sucessão decrescente bem reveladora da maior produtividade das empresas maiores.

No mesmo ano, pouco mais de um quarto das MPME laboravam na pesca e aquicultura, nas indústrias extractivas, nas indústrias transformadoras, na electricidade, na água e na construção, onde concentravam quatro quintos do pessoal ao serviço e três quintos do VAB_{cf} de todas as sociedades do conjunto destes sectores.

Capítulo III

A degradação do aparelho produtivo

3.1 — Contornos da destruição do aparelho produtivo

Uma breve incursão por algumas áreas importantes das actividades produtivas do país revela a extensão dos danos, económicos e sociais, do desaproveitamento e da fragilização do aparelho produtivo.

A **agricultura portuguesa**, no que respeita ao volume global de produção, teve um crescimento ténue ao longo da década de 80, até 1991, e está fundamentalmente estagnada há cerca de 20 anos (com as inevitáveis irregularidades devidas à variabilidade meteorológica). Apresenta uma substituição crescente da produção vegetal, ainda bastante maioritária, pela produção animal, minoritária mas em crescimento.

O número das explorações agrícolas teve uma diminuição brutal. Só nos últimos vinte anos perderam-se perto de 300 mil explorações; passaram de 599 mil em 1989 para 305 mil em 2009, cerca de metade. Nesse período, a superfície agrícola utilizada (SAU) também teve uma grande redução, menos cerca de 337 mil hectares, ainda que inferior à do número das explorações, sinal iniludível do emparcelamento e da progressiva concentração fundiária. Com efeito, a SAU média por exploração aumentou de 6,7 para 12,0 hectares e as grandes explorações, com pelo menos

50 hectares, aumentaram a sua proporção na ocupação da totalidade da SAU de cerca de metade para dois terços.

O grande decréscimo das terras aráveis teve o seu reverso no grande acréscimo das pastagens permanentes, que constituíam perto de um quinto, em 1989, mas já perto de metade, em 2009, do total da superfície agricultada. A redução das áreas de cultivo levou à queda de várias produções importantes, como a da batata ou do trigo.

A concentração económica prossegue, a par da fundiária. Em 2009, as grandes explorações, com pelo menos 100 mil euros de valor de produção total, que constituíam menos de 3% das explorações, geravam 55% do valor da produção total do país; se incluíssemos as com pelo menos 25 mil euros de valor de produção total, então aproximadamente 9% das explorações forneciam mais de três quartos do valor de toda a produção.

A produtividade média do trabalho agrícola em Portugal, no âmbito da UE, é baixa, especialmente se comparada com a dos países mais desenvolvidos. Isso é particularmente sentido nas explorações de pequena e muito pequena dimensão económica, que constituem mais de nove décimos do total.

Outra grande preocupação é o enorme envelhecimento dos agricultores, que se acentua implacavelmente. Portugal tem, quase certamente, o campesinato mais envelhecido da UE. Em 2009, a idade média dos responsáveis das explorações já atingia os 63 anos de idade, 48% deles tinha pelo menos 65 anos.

As pequenas e médias explorações agrícolas não aguentam a concorrência comunitária e de outros países, a liberalização dos mercados, a desigualdade dos apoios, a descida real dos preços ao produtor e a subida dos custos de produção, as sucessivas versões da Política Agrícola Comum (PAC), potenciadas nos seus aspectos mais negativos pelas políticas nacionais, incluindo o desaproveitamento e delapidação de fundos e recursos. O resultado é o abandono da actividade, o despovoamento do interior e a emigração.

Um bom exemplo, que vale por muitos, é o do leite. De 1980 a 1999, a produção do leite de vaca mais do que duplicou; desde então, mais ou menos estabilizou, dado que bateu no tecto da quota

leiteira atribuída a Portugal, que chegou mesmo a ultrapassar nas campanhas de 2002/03 e 2005/06. Não obstante, o número de explorações com vacas leiteiras e o número destes efectivos diminuíram muito: o número de explorações, por exemplo, passou de 107,9 mil, em 1987, para apenas 10,4 mil, em 2009; o número de vacas leiteiras passou de 424 mil, em 1980, para 278 mil, em 2009. A passagem de uma média de 3,9 vacas leiteiras por exploração, em 1987, para 26,7, em 2009, ilustra bem o processo de concentração. O processo em curso de liquidação das quotas leiteiras, através da chamada «aterragem suave», com aumentos anuais das quotas de cada Estado-membro, até ao seu fim em 2015, está a provocar a inundação do mercado interno e ameaça dar a estocada final numa grande parte da produção leiteira nacional e constitui um exemplo paradigmático dos constrangimentos e influência que podem ter o enquadramento e política da UE na produção e desenvolvimento nacionais. Por sua vez, a opção da grande distribuição pela importação de produtos lácteos para as suas marcas brancas, é exemplo de como o grande capital não se embaraça com o interesse nacional. E a não consideração, só recentemente corrigida, do sector como estratégico no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural (PRODER) e os encargos adicionais no licenciamento e manutenção das explorações leiteiras implicados pela recente aplicação do regime de exercício da actividade pecuária são exemplos de como a política de Estado agrava a situação dos pequenos e médios produtores e empresários.

De facto, as ajudas à agricultura, no âmbito da aplicação das regras da PAC, privilegiam os produtores de maior dimensão e as culturas típicas dos países do Norte da Europa, cereais e carne. As ajudas ao rendimento são atribuídas com base nos históricos de produção e não por aquilo que realmente se produz. O desligamento das ajudas da produção (na reforma de 2001/2003) agravou a «não produção» em todas as culturas cujos custos excedem os preços de mercado. Recebem-se milhares e milhares de euros sem que se tenha de produzir um grama de alimentos. A distribuição das verbas é injusta e inverte as prioridades. No que respeita às ajudas ao investimento e ao desenvolvimento rural, a obsessão pela competitividade e a opção do governo em apoiar preferencialmente

os intitulados agricultores competitivos, afastou a quase totalidade das pequenas e médias explorações das ajudas ao investimento; foi estabelecido um PRODER que pouco tem a ver com a realidade do país e que, nos seus primeiros anos de execução, praticamente só pagou de investimento os chamados projectos de impacto relevante do grande capital.

O país depara-se com um grande bloqueio. Os mínguidos rendimentos, agravados pelas políticas nacionais e europeias discriminatórias, a excessiva fragmentação e isolamento, as fraquíssimas produtividades do trabalho e o tremendo envelhecimento dos seus membros, condenam as pequenas explorações agrícolas ao prosseguimento da sua extinção. Mas a agricultura capitalista que se lhe tem substituído, também ela ameaçada pela eventual maior desregulamentação do comércio intra e extracomunitário, desenvolve-se em condições de sustentabilidade social e ambiental que talvez não tenham mostrado ainda os seus limites, mas que desacreditam a sua capacidade de anular, ou reduzir significativamente, o défice externo agrícola e de responder às necessidades alimentares da população.

A **produção silvícola** em volume não tem progredido desde 1986, se bem que, neste intervalo, tenha tido grandes variações. Do máximo atingido em 2000, perdeu um quinto logo no ano seguinte e, desde então, basicamente estagnou.

Os seus principais produtos são a madeira e a cortiça. Em valor da produção, à excepção do curto período de 1999 a 2003, em que foi ultrapassada pela cortiça, o peso relativo da madeira tem sido sempre maioritário.

A produção física de madeira para tritar, principal matéria-prima das indústrias de celulose, constituída principalmente por eucalipto, progrediu com o aumento substancial dos dez anos que terminaram em 2008 (até onde vão os dados); teve o seu máximo em 2004, na sequência dos grandes incêndios de 2003, que provocaram o aumento das vendas às fábricas de pasta de papel. A produção física de madeira para serrar, destinada principalmente à indústria de mobiliário, composta sobretudo por pinheiro-bravo, diminuiu globalmente com irregularidades.

A produção física de cortiça, muito oscilante até 2000, declinou desde então expressivamente. O envelhecimento dos montados e as patologias do sobreiro afectaram a produção de cortiça de qualidade.

De acordo com o último inventário florestal nacional, em 2005-06, a floresta ocupava 38% da superfície do país (incluindo as ilhas). A ocupação florestal no continente era dominada pelo pinheiro-bravo (27%), os eucaliptos (23%), o sobreiro (23%) e a azinheira (13%).

Na década decorrida desde o anterior inventário, de 1995-98, a ocupação florestal do país aumentou 5,4%; no continente aumentou 3,3%. O pinheiro-bravo e a azinheira diminuíram próximo de 10%, o sobreiro manteve e o eucalipto aumentou perto de 10% a sua ocupação. Em número muito redondos, em cerca de duas décadas, entre os inventários de 1980-89 e 2005-06, pode-se dizer que o pinheiro-bravo perdeu perto de um terço da sua área, prosseguindo o seu declínio, e que o eucalipto, que alimenta as fábricas de celulose, aumentou para perto do dobro, prosseguindo a sua ascensão, embora desacelerada no último decénio.

Entre os dois últimos inventários, reduziu-se o volume de madeira em pé da floresta. Contribuiu para isso o facto de o país ter sido bastante flagelado com incêndios. Em termos médios, arderam anualmente 57 920 hectares de povoamentos florestais entre 1980 e 2010.

Há grandes possibilidades de utilização multifuncional da floresta. Mas o volume financeiro disponibilizado não se tem traduzido na eficácia esperada. Os baldios e a pequena propriedade são marginalizados. O actual programa do PRODER para a floresta, tal como os anteriores, é desajustado, irrealista nas exigências exageradas de co-financiamento para pequenas explorações privadas e baldios e tinha uma taxa de execução, no final de 2010, próxima de zero.

O enorme potencial da produção florestal pode ser identificado pela transversalidade dos seus produtos — que vão da produção de madeira, cortiça, resina até ao papel e cartão — e pela importância ecológica na protecção de solos, regularização dos sistemas hídricos, valorização dos ecossistemas e armazenamento do carbono.

Nas **pescas**, a redução acentuada do pescado capturado — que entre 1985, último ano antes da adesão à CEE, e 2010 diminuiu cerca de 40% — aumenta a dependência externa de um país com elevado consumo de peixe e, para maior absurdo, de fortíssima tradição pesqueira e marítima.

Em três décadas e meia, de 1985 a 2010, o número total de embarcações diminuiu para menos de metade. O número de pescadores matriculados, nas várias modalidades, reduziu para menos de metade.

Globalmente, a produção do ramo das pescas oscilou de 1986 a 1992, declinou acentuadamente até 1997, subiu em 1998 e desde então estagnou com pequenas variações. O declínio, seguido da estagnação, deixou a produção nacional capaz de responder apenas a cerca de dois quintos do consumo, pessoal e produtivo, do país nesta área.

A baixa dramática da actividade pesqueira radica, essencialmente, na relativa escassez de recursos de algumas pescarias e na perda de oportunidades de pesca em águas exteriores, na diminuição real dos preços da pesca descarregada e no desproporcionado aumento dos custos de produção, sobretudo dos combustíveis, e nas políticas que têm sido seguidas, designadamente no apoio ao abate de embarcações, em alguns casos perfeitamente desnecessário. A atitude de subserviência aos interesses e objectivos da UE tem-se revelado desastrosa.

O impedimento de modernização do sector também contribui para a sua paralisia, reflectindo-se no envelhecimento das embarcações e na degradação das condições de vida e de trabalho a bordo. Que, conjugados com as baixas remunerações, afastam os jovens e conduzem a um acentuado envelhecimento das tripulações.

A estagnação da indústria conserveira, com negativas implicações para a pesca de cerco, também não oferece saídas. A tendência, ainda que muito irregular, de diminuição da produção de embarcações de pesca é um indicador do declínio das frotas e da falta de investimento no sector.

O quase desaparecimento das frotas que operavam em águas distantes, as dificuldades acrescidas da frota de cerco, a vulnerabilidade da pequena pesca, a diminuição do emprego e dos ren-

dimentos dos pescadores, agravam a instabilidade económica e social.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações de todo o sector da pesca — mais geral que o ramo das pescas, incluindo as capturas, a aquicultura e a indústria transformadora associada, entre outras actividades menores relacionadas — aumentou, com grandes oscilações ao início, de 25%, em 1996, para 52%, em 2010. Mas o país continua a exportar todos os anos cerca de metade do que precisa de importar.

A **indústria**, englobando conjuntamente a extractiva e transformadora, em termos reais cresceu geralmente, embora a ritmos variáveis e acusando as crises, de 1975 a 2001, mas encontra-se desde então verdadeiramente estagnada, tendo declinado sensivelmente em 2008 e expressivamente em 2009, fortemente golpeada pelo agravamento da crise do capitalismo, e recuperado um pouco em 2010. Desde 1995 cresceu em média 1,1% ao ano.

Na indústria extractiva, particularmente na sua componente mineira, os aspectos mais relevantes prendem-se com a entrega ao capital estrangeiro de importantes reservas de minérios de metais — cobre, zinco, chumbo, estanho, tungsténio e outros —, a destruição da Empresa Nacional de Urânio, quando o país ainda tem por explorar um jazigo de razoável dimensão, e a quase paragem da exploração mineira e da instalação de concentração de minérios de metais básicos em Aljustrel.

Na indústria transformadora, teve lugar a aplicação, sobretudo a partir de meados da década de 80, de uma política verdadeiramente anti-industrial. Manifestou-se, desde logo, pela destruição ou esvaziamento dos organismos da administração pública de apoio à indústria, a começar pelo próprio ministério. Mas manifestou-se, sobretudo, pelo desaparecimento ou retraimento de importantes sectores e empresas de produções básicas e estratégicas, tais como a siderurgia e metalurgias não ferrosas, fundições diversas, a indústria química inorgânica de base, a indústria de construção e reparação naval, as indústrias metalomecânicas de produção de material de transporte sobre carris e de equipamentos energéticos, ou a indústria do vidro plano. Sectores e produções

estruturantes de diversas infra-estruturas e do desenvolvimento industrial.

Embora tenham surgido ou se desenvolvido, com maior expressão nas duas últimas décadas, novas actividades industriais — no essencial associadas ao capital estrangeiro, como a indústria automóvel ou as indústrias electrónicas, ou na sua origem associadas a capital nacional, como, entre outras, a química fina, a indústria de novos materiais ou de bens relacionados com a produção energética —, essas novas actividades não compensaram, nem quantitativa nem qualitativamente, as perdas sucintamente referidas. Empobreceu-se o perfil industrial do país.

É posto em causa o paradigma de «fileira produtiva». O que leva a abandonar o desenvolvimento de fileiras, como a do cobre, para a qual existem especiais condições. Não se defende a integridade de fileiras verticais, como no têxtil, com a liquidação de inúmeras unidades de fiação e tecelagem, de capital mais intensivo, enquanto se expandem a confecção e o vestuário, assentes na mão-de-obra barata e em grande parte subcontratada.

Multiplicam-se, com forte apoio estatal, as unidades de multinacionais especializadas em segmentos curtos da cadeia de valor, como é o caso paradigmático da electrónica e muito especialmente das cablagens, altamente sensíveis à instabilidade de preços no mercado mundial e às estratégias das casas-mãe, que à mínima aragem deslocalizam para outras paragens. É caso de estudo exemplar a Qimonda, nascida como um investimento da Siemens, em que foram despejados milhões de euros de fundos públicos, e que deixou como herança centenas de desempregados às custas da segurança social.

A intensidade tecnológica da indústria transformadora portuguesa não consegue descolar, tendo-se gorado as expectativas geradas pela evolução ligeiramente positiva da percentagem de bens de média-alta e alta tecnologia nas exportações portuguesas que culminou em meados da década. Na verdade, pouco se alterara e, dois ou três anos antes do agravamento da crise do capitalismo, a percentagem voltou a descer, sendo de 37,7% em 2010. Ainda mais preocupante, deteve-se simultaneamente a redução da percentagem da exportação de bens de baixa tecnologia.

Ao longo da década, restou, em traços gerais, o fraco consolo de uma significativa substituição da percentagem de exportação de bens de baixa por bens de média-baixa tecnologia, ainda assim interrompida pelo agravamento da crise, que confirmaria a fragilidade da melhoria na intensidade tecnológica. O país está amarrado a uma divisão internacional do trabalho que fundamentalmente o confina à exportação de bens maioritariamente baseados nos baixos salários e na baixa intensidade de capital.

Comparada com a média da UE, a indústria portuguesa tem fraco conteúdo tecnológico, é pouco dinâmica e não tem conseguido inserir-se nos sectores mundiais de maior crescimento. A proporção das despesas de investigação e desenvolvimento, em percentagem do PIB, estava em 2007 longe da média europeia (1,18% para Portugal, 1,85% para a UE), apesar da recuperação nos anos que precederam essa data. Os pedidos de patentes, na maioria para a indústria, por milhão de habitantes, eram em 2005 de 11 para Portugal e 112 para a UE.

Não será possível diversificar as produções industriais e sobretudo melhorar substancialmente o seu conteúdo tecnológico, sem um grande esforço investidor, em que o Estado tem um papel incontornável. O investimento estrangeiro também tem o seu lugar, especialmente bem-vindo se for de elevada intensidade tecnológica em sectores insuficientemente desenvolvidos, mas só contribuirá para um desenvolvimento económico real e uma redução não ilusória do défice externo do país se representar uma efectiva transferência de tecnologia (com formação profissional, implementação de equipamentos e de técnicas) e não se cingir à criação de enclaves de estruturas dependentes que se esboroam quando se retira.

O sector energético é dos melhores exemplos de como a intervenção do Estado, que deveria constituir uma poderosa alavanca de desenvolvimento económico, de correcção de injustiças sociais e de defesa da soberania, se faz, em detrimento dos consumidores, das populações, da economia nacional e do país, ao serviço dos interesses exclusivos de um punhado de grandes capitalistas, particularmente dos grandes accionistas, nacionais e estrangeiros, das empresas públicas privatizadas.

Estas privatizações e a liberalização forçada dos mercados provocaram uma enorme instabilidade no sector, traduzida, nomeadamente, em grandes atrasos nos investimentos nas refinarias, no desenvolvimento da utilização do gás natural e no aproveitamento de recursos energéticos endógenos, como o hídrico.

O país continua fortemente dependente do petróleo, e em geral dos combustíveis de origem fóssil, que não produz e precisa de importar. A situação é mais grave porque, ao contrário da UE, que desde inícios dos anos 70 reduziu sustentadamente a sua intensidade energética (a quantidade de energia necessária para produzir uma unidade de riqueza), Portugal elevou-a até praticamente aos finais dos anos 90, estabilizou relativamente e só diminuiu na segunda metade da década passada, aliás de forma incerta. Os principais atingidos com o aumento do preço do petróleo serão, antes de mais, a indústria e o sector dos transportes, que têm relativamente baixa eficiência energética e em conjunto representam mais de 70% do consumo final de energia do país.

3.2 — Mistificações do capital e do poder político de direita

A liquidação de sectores produtivos em Portugal ao longo das últimas três décadas e meia, a partir do início da recuperação capitalista e latifundista, e acelerada com a integração na CEE/União Europeia, desenvolveu-se com um enorme e mistificatório arsenal de argumentos, teses e discursos, tendo por objectivo a justificação das opções e decisões políticas estratégicas, e mesmo muitas das medidas, de sucessivos governos (com participação do PS, PSD ou CDS). O arsenal ideológico, que ganhou no pensamento dominante (dito único) a qualidade de verdade indiscutível, teve assento nas universidades e programas eleitorais e de governo (daqueles partidos) e assumiu uma presença hegemónica, quase absoluta, na generalidade na comunicação social. Tratou-se de justificar privatizações e liberalizações, a adesão à CEE/UE e à União Económica e Monetária e ao euro, o apoio às políticas comuns (PAC, PCP, PEC, etc.) e às suas diversas revisões, e até

mesmo de dar suporte aos critérios que presidiram à aplicação dos fundos comunitários.

Entre as mistificações dignas de anotação para memória futura, está a da «desmaterialização» da economia. Reflexo do grande crescimento do sector de serviços, especialmente do que se deu nos ligados às novas tecnologias até ao *crash* da bolsa americana NASDAQ em Março de 2000. Nesta abordagem, referia-se e justificava-se a falta de sentido do país produzir aço, produtos químicos básicos (por exemplo, ácido sulfúrico) e mesmo bens de equipamento.

Outra tese, hoje submergida perante os picos de preços atingidos por produtos alimentares estratégicos em 2008 e agora novamente em 2011, é que, face à nossa integração na UE/Mercado Único, não faria sentido por razões de «competitividade» — decorrente de elevados custos de produção — ou dimensão do nosso mercado interno produzi-los em Portugal, podendo ser importados a preços mais baixos da Europa (caso dos cereais). Acabando por se pôr em causa, inclusive na definição do conceito estratégico de defesa nacional, a necessidade do país ter reservas estratégicas de alimentos.

Ao contrário do PCP, os partidos da política de direita, PS, PSD e CDS/PP, sempre olharam para o mercado «único» europeu, fortemente lubrificado na zona euro com a criação desta moeda a partir de 2002, como susceptível de produzir uma divisão europeia do trabalho equilibrada e solidária. Nem a brutal argumentação desenvolvida pela comissão europeia em defesa da criação do euro, esclarecendo que a moeda única iria dividir os europeus entre «picassos», produtores de alto valor acrescentado, e pintores da construção civil, de baixo valor acrescentado e mão-de-obra barata, os fez acordar do sonho federalista.

Não deixa de ser risível que, só quando o aprofundamento da crise internacional do capitalismo põe a nu os brutais desequilíbrios, alguns tenham descoberto os défices produtivos, os défices da balança de bens e serviços. Os mesmos que foram e são responsáveis pelas políticas que conduziram o país ao descalabro em que se encontra.

3.3 — Causas e responsáveis

No decorrer do processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril foram nacionalizados pelo Estado os grandes monopólios de capital privado nacional nos sectores chave da economia, como na banca, seguros, petróleos, electricidade, água, gás, petroquímica, adubos, celulose, cimentos, siderurgia, construção e reparação naval, transportes marítimos, camionagem, transportes aéreos, transportes ferroviários, transportes colectivos urbanos e suburbanos de Lisboa e Porto, tabacos, cervejas, radiotelevisão, entre outros, a que se somaram as empresas nacionalizadas em sectores só parcialmente nacionalizados, como as minas ou os transportes públicos, e as grandes empresas já anteriormente públicas, como os CTT ou os TLP, na constituição de um poderoso sector empresarial do Estado, ainda reforçado pela participação no capital de numerosas sociedades que resultou indirectamente da nacionalização das empresas, especialmente dos bancos, que nelas detinham quotas e acções. Vultuosos investimentos, particularmente nas empresas públicas não financeiras, e a criação de algumas novas empresas públicas aumentaram geralmente o peso do sector empresarial do Estado até meados da década de 80.

Componente fundamental do processo revolucionário e das suas conquistas foi também a reforma agrária. Os trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo e de alguns concelhos limítrofes, em acções que seriam posteriormente reconhecidas e legalizadas pelo poder político, ocuparam as terras dos grandes latifúndios, que pouco ou nada produziam, organizaram unidades colectivas de produção (UCP/cooperativas) para as explorar em comum, aumentaram o emprego, a produção, a produtividade, diversificaram e introduziram novas culturas, promoveram o investimento em infra-estruturas, equipamentos e gado, realizaram, articuladas com as autarquias progressistas, uma grandiosa obra social, nomeadamente com a criação de creches e jardins de infância, escolas, centros de dia, postos de saúde, cantinas, armazéns, vendas, vias de comunicação, que estancou a emigração, trouxe de volta muitos milhares de emigrantes, reduziu o desemprego, combateu discriminações, elevou os salários dos trabalhadores e as condições de vida das populações.

Procurou-se, na altura, promover uma política comercial externa independente e conforme aos interesses nacionais.

A liquidação dos monopólios com a nacionalização democrática por parte do Estado, a profunda transformação das relações de propriedade com a reforma agrária nos campos do Sul e as medidas para a pequena e média agricultura como as leis do arrendamento rural e dos baldios, a intervenção ampliada do Estado no comércio externo e na vida económica em geral, a quebra de isolamento internacional com o reconhecimento do novo regime, o fim da guerra colonial e a independência das ex-colónias, forneciam a base objectiva para começar a construir um sistema de planeamento que orientasse o aparelho produtivo e económico nacional para uma satisfação mais completa das necessidades crescentes da população e do país.

A recuperação monopolista e latifundista interrompeu o esboço de construção de relações de produção mais avançadas. Mais do que isso, vários factores, componentes desse processo de recuperação, impulsionados, potenciados ou comandados pela política de direita, danificaram e debilitaram seriamente o aparelho produtivo do país. São de referir a adesão à CEE, as privatizações, a destruição da reforma agrária, as orientações estratégicas do grande capital e o investimento estrangeiro.

A adesão à CEE trouxe problemas à agricultura, às pescas e à indústria transformadora nacionais; seja pela desprotecção do mercado interno e a impreparação para competir com produções estrangeiras muito mais eficientes; seja pelas condicionantes deixadas no plano do tratado de adesão a sectores como a siderurgia e a indústria têxtil; seja pelas consequências para a agricultura e as pescas portuguesas das políticas agrícola e de pescas comuns (PAC e PCP); seja finalmente pelos acordos comerciais estabelecidos entre a UE e países terceiros, que não protegem importantes actividades nacionais como as pescas e os têxteis. Orientações sempre centradas na defesa dos interesses estratégicos das economias mais poderosas da UE. Acresce, como pano de fundo, a perda de competitividade em todos os sectores resultante da adopção do euro.

As privatizações, a passagem para as mãos de privados, primeiro nacionais e depois estrangeiros, de importantes activida-

des, como minas, siderurgia, indústria naval, químicas pesadas, metalomecânica pesada, entre outras, levou ao seu definhamento, empobrecimento e em vários casos mesmo desaparecimento, enfraquecendo o perfil industrial e retardando a possibilidade de valorização interna de importantes recursos nacionais.

A destruição da reforma agrária levou à diminuição da superfície agrícola utilizada, à perda de produções agrícolas, à destruição de múltiplas infra-estruturas e equipamentos e a uma brutal destruição de emprego agrícola nos campos do Sul.

A lógica de investimento do grande capital nacional, associada ou não ao processo de privatizações, com a perspectiva de obtenção de rápidos e elevados retornos, conduziu à concentração do investimento na banca, seguros, especulação bolsista, imobiliário, grande distribuição, saúde, exploração de infra-estruturas (como auto-estradas ou actividades portuárias), deixando em geral a produção de bens transaccionáveis sujeitos a maior concorrência para as pequenas e médias empresas.

E o investimento estrangeiro, contrariamente à imagem transmitida pela propaganda, investe predominantemente em actividades não industriais. Mesmo excluindo os investimentos de carteira, orientados para a especulação bolsista, parte muito significativa corresponde a um falso investimento, dado que se limita à aquisição de unidades já existentes.

São claros os responsáveis políticos e de classe pela destruição e fragilização do aparelho produtivo do país.

Socialmente, os grandes monopolistas e latifundistas, que a revolução de Abril fundamentalmente expropriara. Associados, como auxiliares, numerosos dirigentes, altos funcionários e quadros das grandes empresas e dirigentes de topo da administração pública. Ideologicamente comprometidos, académicos e personalidades públicas que fizeram a apologia da recuperação monopolista e latifundista.

Politicamente, o PS, o PSD, o CDS/PP, que alternaram no poder para garantir a continuidade da política de direita, que a partir de posições governamentais e maioritárias na Assembleia da República se encarregaram de assegurar a intervenção do Estado a favor dos grandes grupos económicos e financeiros, financiaram

a acumulação do grande capital e asseguraram a sua dominação sobre os trabalhadores.

3.4 — O papel dos grupos económicos e financeiros

O aparecimento e desenvolvimento de grupos económicos e financeiros privados após o refluxo do processo revolucionário, assumindo uma natureza e um domínio monopolistas, constituem o traço essencial do processo de recuperação capitalista em Portugal.

A sua génese constituiu e constitui um processo complexo, com componentes políticas, económicas e financeiras que se interpenetram, e que se escorou nos apoios dos governos, nos apoios políticos e financeiros do sector público empresarial, sobretudo da banca. Com base directa ou indirecta em antigos grupos monopolistas ou a partir de empresas e sectores em grande expansão (como a grande distribuição), afirmaram-se a partir da aprovação do decreto-lei n.º 406/83, que alterou a lei de delimitação de sectores (lei n.º 46/77) e abriu ao capital privado a banca, os seguros e a produção e comercialização dos adubos e do cimento. A permissão de actividades privadas na banca e seguros, e o subsequente processo de privatizações, permitiram-lhes apropriar-se a baixo custo das empresas e sectores mais rentáveis do sector empresarial do Estado e a absorção de parte significativa dos fundos comunitários, num imparável e brutal processo de centralização e concentração de capitais.

Só nos últimos seis anos, enquanto o país se afundava na crise económica e social, os lucros obtidos pelos seguintes grandes grupos: PT, EDP, REN, Galp, Zon, BCP, BES, BPI, Santander/Totta, Cimpor, Secil, Portucel, Brisa; equivaleram ao valor que o Estado arrecadou com todas as privatizações efectuadas desde 1989.

Os novos grupos reconstituídos e emergentes desembaraçaram-se, com poucas excepções, de empresas industriais que lhes foram parar à mão pelas privatizações, quer liquidando-as pura e simplesmente (construção naval, química de base, metalomecânica pesada), quer vendendo-as com grossos proventos ao capital

estrangeiro (Tabaqueira, Sorefame, entre outras). Em medida significativa, desindustrializaram o país.

Esta «especialização» económica, com o refúgio em áreas inicialmente menos expostas ao risco e à concorrência exterior, com ênfase em actividades comerciais e financeiras, permitiu-lhes prosseguir de forma segura a acumulação de capital, à custa das classes laboriosas, das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e dos sectores produtivos.

Os grupos económicos monopolistas, profundamente ancorados no sector financeiro, constituem objectivamente um obstáculo ao crescimento económico e à capacidade produtiva nacional. Pela sua natureza e domínio monopolista sobre os mercados provocam estrangulamentos e condicionamentos diversos sobre a produção e as MPME.

Pelo seu domínio e absorção, deslocam e subtraem ao sector produtivo e às MPME grande parte das disponibilidades nacionais para investimento.

Pelo seu peso determinante no sector financeiro e nas orientações estratégicas do crédito, pelas próprias políticas de investimento exigindo altas rendibilidades, pela sua influência decisiva na fixação pelo poder político das grandes direcções do investimento público, constituem um elemento determinante no nível e orientação do investimento em Portugal. Que canalizam para a especulação bolsista e imobiliária, colocando-o no exterior (*off-shores*) e privilegiando o capital multinacional. Ou que, por diversas e complementares vias, retiram do circuito do investimento público, e especialmente do investimento produtivo, como no caso de fundos comunitários.

A banca, comercial e de investimento, tem constituído, não um factor de dinamização da produção nacional e da economia, mas um factor de estrangulamento e definhamento de muitas MPME, praticamente desde meados da década de 80 do século passado, quando começou a ser privatizada. Pelas dificuldades de acesso ao crédito, as elevadíssimas taxas de juro para as micro e mesmo pequenas empresas, os abusos dos custos dos serviços bancários, entre vários outros condicionalismos. Por outro lado, com o arrimo dos governos, a banca é, em certas situações, um destacado agente

do apoio a tentativas de monopolização de actividades industriais, como no caso das produções para algumas energias renováveis.

Na actividade seguradora, são conhecidas, entre outras, as dificuldades sentidas por muitas PME na obtenção de seguros de crédito à exportação, para além dos preços dos seguros em geral.

No domínio de utilização da energia, são particularmente os preços das diversas formas de energia que retiram competitividade às empresas de alguns sectores industriais. Nos casos da electricidade e do gás natural, embora presentemente estejam abaixo da média europeia, os preços continuam a apresentar problemas de competitividade, em confronto com alguns países como a Espanha. Nos combustíveis líquidos, os acréscimos de preço em relação a muitos países da UE, decorrentes da existência de um iniludível oligopólio, tornam-se intoleráveis para a manutenção da competitividade, nomeadamente dos sistemas de transportes acima e abaixo de muitas actividades produtivas.

Nas telecomunicações fixas e móveis, são os próprios lucros desmesurados das empresas concessionadas que asseguram que outras tarifas mais acessíveis poderiam ser praticadas para as empresas e famílias.

No transporte de mercadorias, os maiores problema são, nomeadamente, a total dependência de empresas estrangeiras no transporte marítimo de mercadorias de e para o país, no quadro de uma reduzida capacidade negocial relativamente ao preço dos fretes, e a muito insuficiente capacidade do transporte ferroviário de mercadorias, que onera a fracção transportes nos gastos das empresas, dados os custos mais altos do modo rodoviário.

A estrutura monopolista dos mercados e do tecido económico, resultado da presença dos grupos económicos, tem consequências particularmente devastadoras para as MPME. A imposição de preços monopolistas de bens e serviços (factores de produção). A imposição de condições ruins (prazos de pagamento, extorsão e esmagamento de margens, exigência a diversos títulos de fornecimentos gratuitos, etc.) e preços oligopsónicos aos seus fornecedores (preços impostos pelo reduzido número de grandes compradores à massa de fornecedores). Abusos de posição domi-

nante e de dependência económica, totalmente à margem das leis da concorrência em vigor, sem que a autoridade da concorrência lhes ponha cobro. Exclusão e discriminações face aos canais privilegiados de importação de produtos estrangeiros, como na grande distribuição.

A gravidade da situação e o papel predador dos grupos monopolistas sobre a riqueza criada nas pequenas empresas e nos sectores produtivos são hoje bem conhecidos. Conhece-se bem o esbulho das taxas de juro e comissões impostas pelos monopolistas da banca e dos seguros. Os proprietários de oficinas de reparação automóvel ou as pequenas empresas de reboque e desempacagem conhecem bem as imposições das companhias de seguros. O comércio de proximidade conhece bem o poder monopolista avassalador, económico e político, das grandes cadeias de distribuição, sejam elas portuguesas (Sonae ou Jerónimo Martins) ou estrangeiras (Auchan e outras). Os fornecedores da agricultura e indústria a esses grupos também conhecem bem as condições «leoninas» que lhes são impostas na venda da sua produção. Os pequenos e médios produtores florestais sabem o preço que tem custado à floresta portuguesa a existência de três, e agora dois, grandes grupos de celulose, que dominam o mercado das madeiras e determinam os seus preços. Os pequenos empresários da construção civil conhecem o peso dos grupos do cimento na sua actividade. Os postos independentes de combustíveis conhecem o esmagamento de margens e as condições impostas pelos três grossistas do sector (Galp, BP e Repsol). E todas as empresas suportam os custos da forte monopolização do sector da energia pela EDP, do gás e combustíveis pela Galp, das telecomunicações pela PT, Optimus e Vodafone, e do transporte por auto-estrada (portagens) pela Brisa e Ascendí (ex-Aenor).

Mesmo empresas do sector público, como a Caixa Geral de Depósitos, ou que ainda têm forte influência do Estado funcionam em plágio das empresas privadas, alinhando numa intervenção monopolística, impondo preços, sonogando margens, açambarcando e manipulando mercados, violando as regras de concorrência, usando o seu peso económico e político para esmagarem e obterem leis e meios financeiros do Estado, que assim abdica

do poder regulador e pedagógico que essas empresas poderiam ter, incluindo na melhoria da competitividade das empresas nacionais.

Os grupos monopolistas também bloqueiam o desenvolvimento nacional pela sua ligação e subordinação ao capital estrangeiro. Uma característica estrutural da sua génese e evolução, tal como em geral do grande capital nacional, nas condições da recuperação capitalista e imperialista foi e é a sua estreita associação ao grande capital estrangeiro, ao capital transnacional.

3.5 — Capital estrangeiro

O capital estrangeiro tem, nos anos recentes, de 2005 a 2007 (últimos dados disponíveis), uma presença significativa e crescente em Portugal, nomeadamente na indústria. Em 2007, existiam no país 5075 filiais de empresas estrangeiras, que representavam apenas 0,5% do número total das empresas não financeiras (1,4% das sociedades não financeiras), mas que eram responsáveis por 17,5% do valor acrescentado bruto, 15,4% do investimento em bens corpóreos, 29,8% das despesas internas em investigação e desenvolvimento, 19,5% do volume de negócios e 7,6% do emprego gerados por todas estas empresas. Na indústria contribuíam com cerca de um quarto (23,9%) para o produto. Estas filiais têm dimensão e produtividade bastante superiores às médias das sociedades portuguesas. Em 2007, dois terços tinham os centros de decisão na UE, mas geravam três quartos do valor acrescentado bruto de todas as filiais não financeiras, com a Espanha a liderar a origem dos capitais investidos, seguida da Holanda, Alemanha, EUA e França.

Mas o capital estrangeiro não se reduz apenas à sua expressão aberta de filiais de empresas estrangeiras. Está escondido e encostado aos grupos portugueses no capital social das grandes empresas de sectores estratégicos, aparentemente de base nacional, como, entre outros, a banca, a energia e as telecomunicações, avaliando alguns especialistas que deterá já cerca de metade dos seus activos.

A relevante presença, autónoma ou articulada com o capital nacional, do capital estrangeiro origina inevitavelmente uma elevada drenagem para o exterior de riqueza cá produzida, mal compensada pelos rendimentos de capital provenientes do investimento português no estrangeiro. O capital estrangeiro em Portugal reduz o rendimento nacional disponível, o mercado de capitais para investimento e reinvestimento, foge do investimento de raiz, chega a destruir actividades produtivas, interessando-se apenas pela clientela, a carteira de encomendas e os circuitos de comercialização, assenta demasiadamente na mão-de-obra barata e nos apoios públicos, modelando negativamente o perfil de especialização do país e subvertendo a gestão de fundos, transfere para fora centros de decisão, favorecendo o comando de sectores e empresas estratégicas segundo os planos e as conveniências das «empresas mãe», das sociedades gestoras de participações sociais do capital multinacional. As deslocalizações de empresas multinacionais de Portugal têm constituído um elemento central de perda de unidades e sectores industriais, a par do alto desemprego provocado e dos elevados custos transferidos para o sistema público da segurança social.

Não se pode dizer que o investimento directo estrangeiro tenha contribuído decisivamente para a difusão e generalização de tecnologias e de técnicas de organização e gestão mais avançadas, ou para a incorporação determinante de investigação e desenvolvimento na actividade produtiva nacional, sem negar que as filiais estrangeiras tenham, nestes campos, um papel em geral mais destacado comparado com a média das sociedades portuguesas. Mas o efeito de demonstração é escasso, muito segmentado dentro das cadeias de produção das multinacionais, pouco assimilado pelo conjunto da indústria nacional e frequentemente perdido com a liquidação e retirada do investimento. O efeito nas exportações e na balança comercial é considerável, bastando reparar na Autoeuropa, com um peso excessivo nas exportações e beneficiada com apoios públicos nunca revelados. Mas, numa apreciação global, boa parte do investimento directo estrangeiro poderia ser substituído com vantagens pelo investimento nacional. O investimento estrangeiro é especialmente nefasto quando, em

vez de atenuar, agrava dependências e atrasos estruturais do país.

3.6 — União Europeia: políticas e condicionantes

A UE tem tido desde o início um papel absolutamente determinante na fragilização e destruição de importantes segmentos do tecido produtivo nacional.

A integração comunitária iniciada com a adesão à CEE em 1986 e prosseguida com sucessivos saltos qualitativos de aprofundamento e alargamento, configurados e consolidados em sucessivas revisões dos tratados, determina uma divisão comunitária do trabalho inteiramente desfavorável a Portugal, que as políticas internas de recuperação capitalista e latifundista agravam.

A integração do mercado nacional no mercado único, a que o euro veio dar fluidez, pode ser descrita como o embate da panela de barro da nossa produção, com a panela de ferro de economias com poderosas estruturas produtivas e elevadas produtividades. Não foi o mercado de 300 milhões de consumidores (hoje cerca de 500 milhões) que os advogados da adesão prometiam à produção nacional, mas a invasão do mercado nacional pela produção das economias mais fortes ou mais próximas, como as de Espanha, Alemanha e França. O país ficou restringido a produções de baixo valor acrescentado ou a produções marginais.

As políticas comuns nas pescas, na agricultura e no comércio exterior e as suas reformas, no articulado e nas consequências práticas, foram sempre contrárias ao interesse nacional.

A condução da política do comércio externo da UE segundo os interesses das grandes potências, na organização mundial do comércio ou em acordos multilaterais (como no caso do acordo multifibras, ruinoso para os têxteis e vestuário nacionais), sempre utilizando as cedências nos sectores das pescas, agricultura, têxteis e outros análogos como moeda de troca, agravou a sobrevivência até dos sectores de baixa eficiência em que o país se aquartelara.

A união económica e monetária, o euro e o pacto de estabilidade vieram na primeira década deste século ampliar e intensificar os

problemas existentes nos sectores produtivos, conduzindo a anos consecutivos de divergência na evolução do PIB face à média da UE.

O euro, uma moeda fortemente valorizada e sem qualquer correspondência com a produtividade do tecido económico português, traduziu-se num factor de perda sistemática de competitividade das nossas exportações e mesmo na concorrência dentro do nosso mercado interno. Constituiu, simultaneamente, um instrumento de domínio das grandes potências dentro da UE, impulsionador do seu próprio crescimento económico, como no caso da Alemanha, que atrelou à sustentação dos seus excedentes comerciais os défices dos países da periferia, nomeadamente de Portugal.

O pacto de estabilidade, pela imposição dos chamados critérios de convergência nominal de Maastricht (rácios défice orçamental/PIB, dívida pública/PIB e taxa de inflação), limitou e condicionou fortemente o instrumento económico e financeiro da gestão orçamental, com negativas consequências ao nível do investimento público (por exemplo em infra-estruturas, equipamentos, na educação, formação e investigação), e impulsionou a política de privatizações para a obtenção de receitas na vã tentativa de atenuar o buraco sem fundo da dívida pública.

O reforço dos mecanismos federalistas — especialmente a partir do Tratado de Nice e significativamente fortalecidos no Tratado de Lisboa (que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009) — entregaram os processos de decisão comunitária inteiramente nas mãos da Alemanha e outras grandes potências, nas alterações das regras de voto (possibilidade das chamadas minorias de bloqueio e perda do direito de veto por invocação de interesse vital), consolidaram a política comercial externa como política comum e sobrevalorizaram as regras de mercado em desfavor da solidariedade e da coesão europeias.

Os volumes financeiros dos fundos estruturais comunitários foram importantes, mas não se trataram de ajudas desinteressadas, nem de longe compensaram as perdas nacionais com a integração irrestrita no mercado europeu, com os sucessivos aprofundamentos da desregulamentação e liberalização deste mercado e com a introdução do euro. Para além da injusta e desajustada utilização

pelos sucessivos governos, boa parte dos fundos retornaram aos países mais ricos, seja pelo financiamento directo a multinacionais aqui presentes, seja na forma de importações de bens e serviços que o fragilizado tecido produtivo português, incapaz de suportar o embate da concorrência aberta e espezinhado pelas políticas nacionais, deixou de fornecer.

Os avanços que esporadicamente a UE proporcionou foram em muitos casos destruídos pela própria política comunitária. É elucidativo o exemplo da beterraba sacarina. Cultivada há muito nos Açores, só em meados dos anos 90 se iniciou o cultivo no continente, que cresceu enormemente. No entanto, como resultado da última reforma da organização comum de mercado do açúcar (durante o primeiro governo PS/Sócrates), Portugal viu reduzida substancialmente a quota, inviabilizando a actividade e a transformação de beterraba na fábrica, hoje reduzida a refinar ramas de cana-de-açúcar importada.



Capítulo IV

Recursos nacionais

Portugal não é um país pobre. Tem recursos humanos e materiais com os quais poderá enfrentar as dificuldades.

4.1 — Recursos humanos

O elevado nível de desemprego constitui um gigantesco desperdício da maior riqueza nacional: as capacidades intelectuais e físicas dos seus trabalhadores. Chega a ser risível ouvir os representantes da grande burguesia, na confusão típica entre os seus interesses próprios e o interesse nacional, fazerem as contas à riqueza perdida pelo país nos dias de greves dos trabalhadores e passarem em silêncio a riqueza que o país perde por manter parados mais de um milhão de trabalhadores ao longo do ano (incluindo inactivos disponíveis e desencorajados e o subemprego visível).

A escolaridade e as qualificações dos trabalhadores portugueses têm melhorado, mas são fracas comparadas com a média da UE.

Por exemplo, em 2010, os trabalhadores assalariados empregados, dos 25 aos 64 anos, que completaram no máximo o 3.º ciclo, eram em Portugal 60,3% do total dos assalariados empregados, enquanto a média na UE era de 19,5%; inversamente, os que completaram o secundário (incluindo aqueles que completaram ensino pós-secundário não superior) eram em Portugal 19,9% do

total, enquanto a média na UE era de 48,9%; e os que completaram o ensino superior eram em Portugal 19,9% do total, enquanto a média na UE era de 31,4%.

Mas a situação é bem pior no caso do patronato. Nos finais de 2009, os patrões em Portugal que tinham no máximo o 3.º ciclo eram 71,7% do total, os que tinham completado o secundário (mas não o superior) eram apenas 12,2% e os que tinham completado o superior 16,0%.

A comparação da situação da educação entre Portugal e a UE dá uma ideia do esforço de melhoria das competências necessárias ao desenvolvimento económico e social que o ensino público é chamado a concretizar.

Por exemplo, em 2010, as percentagens da população, dos 15 aos 74 anos, que tinha completado o ensino secundário (mas não o superior) e o ensino superior, eram, respectivamente, de 17,1% e 12,7% em Portugal e de 44,4% e 21,5% na UE. Com a maior escolaridade das novas gerações, o fosso tem diminuído: no ano de 2009, as percentagens de jovens, dos 25 aos 34 anos, que tinham completado o secundário (mas não o superior) e o ensino superior, eram, respectivamente, de 24,9% e 23,3% em Portugal e de 47,9% e 32,3% na UE.

Mas a qualificação não chega. É preciso que possa ser utilizada. A cada vez maior quantidade de diplomados do ensino superior desempregados, subempregados ou a trabalhar involuntariamente em áreas sem qualquer relação com a formação recebida, para além do massivo desaproveitamento de vocações, formações, qualificações e saberes, é um sintoma de desajustes e disfuncionalidades de um sistema educativo, público e privado, orientado para abastecer um mercado de trabalho profundamente moldado e remodelado à medida das necessidades de acumulação do grande capital (que também precisa, para reduzir custos salariais e aumentar os lucros, de desemprego de força de trabalho qualificada), em vez de nortear-se pela satisfação das necessidades de desenvolvimento do país.

Vários cursos de pós-graduação e de formação profissional não são mais do que a tentativa inglória de corrigir através da escola e dos institutos os erros de orientação educativa e formadora da própria escola e institutos.

Na área da ciência e tecnologia, crucial para a melhoria da produtividade na indústria e na economia, apesar dos progressos, Portugal também não sai favorecido na comparação com a média do espaço económico em que está integrado.

A percentagem de trabalhadores da ciência e tecnologia, simultaneamente com educação superior e ocupação profissional na área, no total do emprego era, em 2008, de 19,0% na UE, mas apenas 12,6% em Portugal. Não obstante, Portugal tem vindo a recuperar do atraso: de 2003 a 2008, a taxa de crescimento anual médio dos seus recursos humanos nesta área foi de 6,3%, bem acima do crescimento médio da UE, de 3,3%. Neste período, Portugal foi um dos países da UE em que mais cresceu o peso dos trabalhadores do conhecimento altamente qualificados no total da força de trabalho, mas há que levar em conta o muito fraco ponto de partida.

4.2 — Recursos naturais

Embora não seja condição necessária para a produção, a existência no território de recursos naturais utilizáveis constitui uma vantagem estratégica que, devidamente aproveitada, pode garantir aprovisionamentos, diminuir encargos com transportes e promover o desenvolvimento.

Portugal tem diversificados recursos naturais, designadamente do mar, rios, estuários e albufeiras — pesqueiros, minerais, energéticos, entre outros; do solo — agrícolas e florestais; do subsolo — minerais, rochas ornamentais e industriais, águas; e energéticos. Quer uns, quer outros, apresentam características quantitativas e qualitativas que os tornam capazes de abastecer uma vasta gama de actividades transformadoras criadoras de riqueza, para além da criada nos próprios processos de exploração desses recursos.

A nível agrícola, Portugal apresenta, mesmo nas actuais circunstâncias, excelentes condições para as produções hortícola, de vinho, frutícola, de azeitona, de arroz, de leite, de ovos e de diversas carnes, entre outras menos importantes. Para além destas, com políticas adequadas, podem ser incrementadas as produções de

azeite, de cereais, de batata, de leguminosas secas, de oleaginosas e de carne de vaca, entre outras, com vista ao aumento dos graus de auto-aprovisionamento e à auto-suficiência global do país no domínio alimentar.

Pelas suas características climatéricas e dos solos, Portugal tem um elevado potencial de produção florestal, designadamente em espécies como o sobreiro (com cerca de um terço da área mundial), os pinheiros bravo e manso, o eucalipto, e espécies autóctones actualmente mais raras como o carvalho, o castanheiro ou a nogueira, todas capazes de alimentar importantes indústrias transformadoras, tais como a da pasta e do papel, a da transformação da cortiça, a fileira da madeira e do mobiliário, e indústrias diversas de química fina.

Portugal possui a maior zona económica exclusiva da UE, seja na plataforma continental — que pode vir a ser substancialmente ampliada com a proposta de extensão apresentada às Nações Unidas —, seja nas águas profundas, com um elevado potencial pesqueiro (peixe, marisco, moluscos), capaz, se gerido no interesse nacional, de satisfazer as necessidades alimentares em pescado e, porventura, até de permitir exportações. Uma zona também com potencial na produção de energia eléctrica, em recursos vegetais (como as algas) e geológicos dos fundos marinhos.

Portugal tem dos mais importantes recursos mineiros da Europa, possuindo vastas e diversificadas reservas de minérios e de rochas ornamentais e industriais e águas minerais, capazes de abastecer com segurança e qualidade um amplo conjunto de fileiras transformadoras a jusante.

Possui importantes reservas de minérios de metais básicos estratégicos como o ferro, o cobre, o zinco, o estanho, o chumbo, o alumínio, entre outros, capazes de abastecer metalurgias e outras indústrias. Pela sua importância, destacam-se os minérios de cobre e zinco e mesmo os de ferro, mas alguns problemas inerentes à composição química dos últimos, tecnicamente ultrapassáveis. Possui também significativas reservas de minerais de outros elementos metálicos de utilização mais recente, que assumem actualmente um carácter estratégico, como o lítio, o índio, o tântalo, o tungsténio e algumas terras raras. Existem também, a

níveis com interesse económico, minérios de ou com ouro e prata, em diversas regiões do país.

Possui rochas industriais em quantidade e diversidade capazes de alimentar, entre outras, as indústrias cimenteira, cerâmica, e do vidro, bem como as actividades de construção civil e obras públicas. Tem também interessantes reservas de rochas ornamentais, designadamente mármore, granitos, sienítos nefelínicos, calcários diversos, brechas, conglomerados, entre outros.

Possui ainda recursos hidrominerais de grande diversidade, com enorme potencial económico, seja em águas minerais e de mesa, seja em estabelecimentos termais.

No que respeita aos recursos energéticos, Portugal não tem até à data reservas provadas minimamente significativas de petróleo ou gás natural.

Mas no que concerne às energias renováveis, possui significativos recursos hidroeléctricos, capazes de atingir em ano de produtividade média cerca de 20 TWh e somente aproveitados a 50% do seu potencial em termos de potência e de energia; recursos eólicos capazes de atingir em ano de produtividade média os 19 TWh; recursos resultantes da radiação solar, nas tecnologias térmica e fotovoltaica, dos mais elevados do mundo; recursos em biomassa florestal capazes de produzir 1,0 TWh por ano, praticamente inexplorados; e recursos geotérmicos de baixa e média entalpia, com capacidade de fornecimento significativo de calor para edifícios e agricultura intensiva. Estes recursos, se totalmente aproveitados, permitem a auto-suficiência na produção de energia eléctrica até cerca de 60-70% em termos de ano médio, e poupanças de gás e electricidade no aquecimento e na produção de águas quentes sanitárias até 30-40%.

Nos recursos não renováveis, são de destacar as reservas de lenhite de Rio Maior, com capacidade para abastecer uma central térmica de 250 MW durante anos, reservas de cerca de 8 mil toneladas de urânio em Nisa, possíveis reservas de gás natural no *off-shore* do sotavento algarvio e algumas expectativas de existência de petróleo no *off-shore*, designadamente na região de Peniche.

Capítulo V

Política alternativa

5.1 — Papel do Estado

A intervenção do Estado na defesa, promoção e desenvolvimento da produção nacional é vital e inadiável. A intervenção, de alcance profundo na agricultura, nas pescas e nas indústrias extractiva e transformadora, necessariamente multifacetada e prolongada no tempo, deve assumir o objectivo da atenuação e mesmo da superação dos défices estruturais da economia portuguesa.

O Estado pode e deve intervir na gestão directa de actividades produtivas, no aproveitamento de recursos nacionais, na promoção da produção nacional. A administração pública deve ser reorganizada na área económica para constituir um instrumento não apenas de um Estado regulador mas também de um Estado produtor.

Num processo já longo de décadas, a desvalorização da produção na agricultura, silvicultura, pescas, indústria extractiva e transformadora, foi sempre precedida, simultânea ou seguida de alterações na orgânica da administração pública, no sentido de extinguir ou esvaziar organismos que dinamizavam ou acompanhavam as actividades produtivas, desde logo ao nível dos ministérios (como sucedeu na supressão dos ministérios da indústria), das secretarias de Estado e de organismos estatísticos e de planeamento.

A defesa e dinamização da produção nacional passa, então, por uma nova organização da administração pública, cuja digni-

dade deveria começar logo ao nível dos ministérios, secretarias de Estado e direcções-gerais, concebida para definir políticas, estabelecer, planear e controlar objectivos para as diferentes esferas produtivas e dotada de meios humanos, técnicos e financeiros adequados para essa missão.

Não há economia moderna sem planeamento: ou é feito, de modo integrado, pelo Estado ao serviço das necessidades da população e do país ou é feito, de modo parcelado, pelo grande capital ao serviço da maximização dos seus lucros independentemente das consequências para a população e o país. A política patriótica e de esquerda defende o primeiro, a política de direita e de abdicção nacional concretiza o segundo, com as suas campanhas demagógicas anti-Estado e a sua prática de usar todo o peso deste para favorecer o grande capital.

Para relançar a produção e reduzir o défice comercial, o Estado deve ter um papel decisivo no planeamento, no apoio e na valorização, cultural e inclusivamente promocional, da produção nacional. Tem obviamente de ser modificada a prática actual em vários ministérios, que mais parecem secretarias dos directórios da UE.

A situação crítica da produção nacional, em termos quantitativos e qualitativos, exige que o Estado português tenha um maior protagonismo directo. A intervenção deve ter lugar em dois domínios complementares. A construção, manutenção e gestão de infra-estruturas de suporte à agricultura e às pescas e actividade marítima. E a posse e gestão de empresas extractivas e industriais.

A construção, manutenção e gestão de infra-estruturas associadas à actividade agrícola inclui diversas infra-estruturas ligadas ao aumento da produção, da produtividade e da qualidade, como o integral aproveitamento do Alqueva ou a conclusão das obras do Baixo Mondego e do Baixo Vouga, e o apoio à construção e requalificação das redes públicas e cooperativas de infra-estruturas abaixo da produção agro-pecuária.

Nas associadas à actividade pesqueira e marítima inclui portos, a renovação das frotas, o desenvolvimento da aquacultura e da laboração conserveira, escolas especializadas para as pescas e a

marinha mercante, bem como outras infra-estruturas de apoio às pescas e ao comércio marítimo de mercadorias e de turismo.

Relativamente à indústria extractiva, é fundamental o Estado voltar a dominar e a determinar decisivamente a exploração e primeira transformação dos minérios do subsolo nacional.

Relativamente à indústria transformadora, o Estado deve reassumir ou assumir pela primeira vez posições determinantes em indústrias básicas, como a siderurgia e algumas metalurgias não ferrosas, de que se destaca a do cobre, e em indústrias estratégicas, como a naval (grandes e médios estaleiros), as metalomecânicas, electromecânicas e electrónicas associadas à produção de material de transporte sobre carris (comboios, metropolitanos, eléctricos, etc.) ou destinadas à produção de equipamentos para a produção de electricidade, de tecnologia clássica ou moderna. No quadro da defesa da produção nacional, o Estado deve apoiar e promover actividades privadas e as empresas que as suportam, como por exemplo na produção de grandes estruturas metálicas, equipamentos de movimentação e elevação de grandes cargas.

A defesa da produção nacional, que interessa vivamente aos pequenos, médios e mesmo a grandes produtores da agricultura, pescas e indústria transformadora, implica também a intervenção do Estado no comércio externo e no comércio a retalho em grande escala que tem lugar nas grandes superfícies. Para um enorme grupo de produtos da pesca e da agricultura, bem como de produtos industriais de grande consumo, são determinantes as políticas de aprovisionamento das grandes superfícies, cujas práticas estão objectivamente contra a produção nacional.

A defesa e promoção da produção nacional exige ainda uma política que não só ponha fim às privatizações, como vise a recuperação para as mãos do Estado de sectores básicos e estratégicos da economia, nomeadamente da banca, seguros, energia, comunicações e telecomunicações, pelo papel central que desempenham no estímulo à produção, no planeamento económico, na redistribuição da riqueza, na defesa dos interesses populares e da soberania nacional.

5.2 — Política de desenvolvimento agrícola e florestal

Dadas as condições edafoclimáticas, é certo que o país não pode produzir e menos ainda ser auto-suficiente em todos os produtos alimentares. Mas pode sê-lo em numerosas e importantes produções agrícolas (e pesqueiras) e pode compensar com exportações alimentares as importações que tenha que fazer nesta área, ou seja, pode ter uma balança agroalimentar equilibrada.

É necessário para tal uma inversão de política, o estabelecimento da produção primária como prioritária para o futuro do país. Só possível garantindo aos agricultores e trabalhadores agrícolas remunerações condignas pelo seu trabalho.

Portugal precisa, nomeadamente, de recuperar nas produções de cereais, especialmente de trigo, de batata, de beterraba sacarina, de carne de bovino, de aumentar a produção de outras carnes, de apostar fortemente no sector hortofrutícola e de desenvolver as enormes potencialidades da sua vitivinicultura.

Embora o leite seja um sector com grande capacidade de produção, é necessário preservá-lo e desenvolvê-lo, assegurando a sobrevivência das suas explorações. Para isso é preciso garantir os preços ao produtor, manter o sistema de quotas em vigor na UE, agilizar os processos de licenciamento das explorações já existentes, apoiar técnica e financeiramente os investimentos nas explorações, sobretudo das pequenas e médias, e fiscalizar eficazmente as importações, as marcas brancas e outros procedimentos da grande distribuição que prejudicam a produção nacional.

A persistência no caminho da liberalização dos mercados, de seguidismo da lógica desregulamentadora da organização mundial do comércio (OMC) e da PAC, equivale a passar a certidão de óbito à agricultura camponesa em Portugal.

O eixo principal da alternativa é contrapor às pressões da OMC o direito à soberania alimentar, entendida como o direito do povo português a decidir, sem ingerências e imposições externas, nomeadamente da PAC comunitária, da sua própria política agroalimentar, nos seus aspectos produtivos e comerciais, do que se pode e deve produzir e do que se pode e deve importar, de aceder plenamente aos seus recursos naturais, antes de mais a esse que

é o meio de produção mais importante da agricultura, a terra, e de pô-la a produzir, de forma sustentável, de modo a assegurar matéria-prima de qualidade à indústria agroalimentar e uma nutrição saudável ao povo português, que não esteja dependente, como em medida significativa sucede actualmente, de produções estrangeiras e, ainda mais grave, das cadeias de distribuição dos grandes monopólios do agronegócio.

Agora em altura de revisão, a PAC deve garantir aos agricultores e assalariados rurais o direito a produzir e a um rendimento estável e adequado, combatendo assim o êxodo rural. Deve preservar a identidade cultural e a especificidade dos produtos alimentares europeus, garantindo assim a disponibilização de produtos agrícolas saudáveis e seguros a preços acessíveis. Uma PAC para todos os agricultores, que sirva os interesses de todos os cidadãos europeus e não apenas as grandes empresas multinacionais.

Devem ser mantidos e reforçados todos os mecanismos de regulação que garantam volumes de produção e preços apropriados ao produtor, como as quotas leiteiras e os direitos de plantio no vinho. Os apoios devem estar ligados à produção e ser idênticos em todos os Estados-membros. A distribuição das ajudas tem de ser mais justa entre agricultores, culturas e países; as ajudas devem ser escalonadas, discriminando positivamente as menores explorações, e plafonadas.

O escoamento da produção é uma questão fulcral em que o Estado tem que intervir. Os mercados locais devem ser revitalizados para que os produtores possam vender directamente a sua produção. No aprovisionamento de alimentos da administração pública (como nas cantinas e hospitais) devem-se privilegiar as produções nacionais. É preciso impor à grande distribuição mínimos legais de venda de produtos nacionais em cada sector. A capacidade exportadora deve ser desenvolvida, mas a prioridade é produzir para alimentar o país.

O Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), a reformular este ano, deve abandonar a competitividade como eixo fulcral da sua implementação. Deve apostar na viabilidade das pequenas e médias explorações, na sua capacidade de produzir

alimentos, e os apoios ao investimento devem ser concebidos para apoiar esses agricultores.

Deve-se apostar no regadio, concluindo as obras em curso, disponibilizando verbas para a modernização dos regadios tradicionais e garantindo preços da água acessíveis aos pequenos e médios agricultores. Criar linhas de crédito bonificado a longo prazo de ajuda ao desendividamento das explorações agrícolas. Apoiar verdadeiramente o movimento cooperativo, possibilitando a sua viabilidade e desenvolvimento; a concentração de cooperativas não é a única solução. E investir na investigação e experimentação, complementadas com a revitalização dos serviços de extensão rural.

O rejuvenescimento do tecido agrícola, e por consequência do mundo rural, é outra prioridade essencial. Além dos apoios directos à instalação de jovens agricultores, devem ser fornecidas condições para que se mantenham nas zonas rurais, o que não se consegue com o encerramento de serviços da administração, escolas ou centros de saúde.

São ainda necessárias outras medidas que garantam a viabilidade e o desenvolvimento do sector agrícola, entre as quais se destaca, cada vez mais imperiosa, uma profunda alteração fundiária no território continental, a concretizar-se, levando em conta as condições actuais, através de uma reforma agrária nos campos do Sul que liquide a propriedade latifundiária e através de uma racionalização fundiária no Norte e Centro por via do livre associativismo.

O território nacional pode e deve ser recuperado para a produção florestal de lenho de qualidade, nomeadamente através de espécies autóctones que contrabalancem o incremento das áreas ocupadas por espécies de crescimento rápido.

É necessário, institucionalmente, a criação de um plano nacional de florestação, com aproveitamento dos solos com aptidão florestal e com valorização das espécies nativas, que tenha em atenção aspectos económicos, ambientais e os interesses das comunidades locais. Realizar o cadastro florestal, condição básica para a concretização de todas as políticas florestais. Simplificar a legislação florestal, melhorando a articulação entre os organismos públicos

com responsabilidades no sector. Promover o investimento dos pequenos e médios proprietários na floresta, por exemplo através de acréscimos à comparticipação nesse investimento.

No terreno, prevenir os incêndios e vigiar a floresta, em articulação com as organizações de produtores florestais e os concelhos directivos dos baldios. Combater as doenças e pragas que estão a dizimar a floresta nacional, como o nemátodo do pinheiro e a tinta do castanheiro. E instalar urgentemente as centrais de biomassa previstas, entendidas sobretudo como um instrumento de combate aos incêndios e supletivamente como centros produtores de energia eléctrica.

5.3 — Política de desenvolvimento das pescas

Portugal tem reconhecidas potencialidades pesqueiras, mas isso não significa que se possam menosprezar as ameaças à continuidade e sustentabilidade do sector.

Ao invés das políticas que têm vindo a ser seguidas, deve promover-se a modernização do sector, de modo a abastecer de pescado e a desenvolver a economia do país, a manter o emprego e as condições de vida e trabalho dos pescadores. Simultaneamente, deve promover-se um desenvolvimento sustentável, respeitando a conservação do meio ambiente e o equilíbrio dos recursos haliêuticos.

É necessário accionar um programa de apoio específico à pequena pesca. Assegurar o acesso a custo reduzido nos vários tipos de combustíveis a todos os segmentos da frota. Promover a valorização do pescado na primeira venda. Desenvolver a aquacultura, independente das multinacionais estrangeiras. Apoiar a indústria conserveira e o consumo de conservas portuguesas. Valorizar a mão-de-obra, melhorando as condições remuneratórias dos pescadores, as condições de segurança da sua actividade e garantindo apoio no caso de impactos negativos das medidas de conservação dos recursos.

5.4 — Política de desenvolvimento industrial

No âmbito de um aumento da produção nacional, deve constituir um objectivo maior da criação sustentável de riqueza, capaz também de dinamizar os outros grandes sectores de actividade, incrementar a produção industrial e, em simultâneo, avançar nas cadeias de valor em termos sectoriais, adensar a malha industrial, particularmente nas concentrações de empresas e actividades (*clusters*) que já tenham razoáveis competitividade e notoriedade internacionais, promover a valorização dos recursos materiais nacionais e substituir importações por produção nacional.

No que respeita à indústria extractiva, sobretudo no que concerne à exploração de substâncias do domínio público do Estado, este deve reverter completamente a actual situação de domínio do capital privado, particularmente do capital estrangeiro, iniciando processos que visem a curto prazo o reassumir de posições dominantes e determinantes na pesquisa, exploração e primeiras transformações em território nacional, nomeadamente de minérios de metais básicos — ferro, cobre, zinco, chumbo, estanho e outros; de minérios ou recursos energéticos — urânio, petróleo, gás natural, carvão; dos minérios de metais nobres — ouro e prata; e de alguns minérios contendo elementos de grande valor estratégico — lítio, índio, tântalo, tungsténio e algumas terras raras. É condição necessária para subir nas respectivas cadeias de valor, designadamente no domínio das metalurgias e de outros processos de selecção e purificação. Ainda nesta vertente, é vital a reanimação, reorientação e fortalecimento da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro.

Quanto à indústria transformadora, o seu desenvolvimento passa, de forma articulada, pelo aumento da produção, e das produtividade e competitividade que lhe devem estar associadas, e pela criação de condições no plano comercial para o escoamento da produção, no mercado interno e externo, pois as duas componentes, a comercial e a produtiva, estão indissociavelmente ligadas.

No plano interno, a defesa da produção nacional das indústrias, tradicionais ou modernas, deve constituir um objectivo permanente, multifacetado e envolver simultaneamente a administração pública e os consumidores, sejam empresas ou famílias.

No plano externo, as exportações, especialmente de produtos tecnologicamente mais avançados, devem constituir um objectivo importante do Estado e das empresas, prosseguindo e incrementando-se os apoios sérios e eficazes à exportação.

Apesar das inevitáveis alterações, por vezes profundas, que se dão no aparelho industrial, nomeadamente em produtos e engenharias de produtos e nos processos de fabrico, mantêm contudo a sua pertinência sectores e produções anteriores, face à continuidade e muitas vezes ao agravamento das debilidades existentes.

As chamadas indústrias tradicionais, como o têxtil e vestuário, o calçado, a fileira da madeira e do mobiliário, a fileira da cortiça, a cerâmica, o vidro e o cristal, entre outras, que têm vindo a sofrer grandes e por vezes socialmente dramáticos processos de reestruturação, que em várias situações, numa perspectiva exclusivamente económica, constituíram notáveis sucessos em termos de competitividade, devem prosseguir, com respeito pelos direitos dos trabalhadores, os processos de modernização, porque têm e devem continuar a ter um importante papel no nosso perfil industrial.

Pelo grande potencial de integração sectorial que encerra e a capacidade multiplicadora e estruturante sobre outros sectores, devem ter um acompanhamento e protecção especiais as diversas fileiras da indústria alimentar.

Em todos estes sectores tradicionais, deve insistir-se no aumento da produtividade e da competitividade, através de novos passos na adopção de tecnologias mais avançadas.

Simultaneamente, é vital a reanimação, fortalecimento ou lançamento de um vasto conjunto de indústrias básicas e estratégicas, as associadas à transformação de importantes matérias-primas minerais nacionais, como as metalurgias ferrosas (siderurgia e outras) e não ferrosas, as metal e electromecânicas pesadas, a indústria de construção e reparação naval, as petroquímicas de olefinas e aromáticos, para só citarmos as principais.

Estas indústrias permitirão estruturar e robustecer a produção nacional, para além da própria produção industrial, atenuar, e nalguns casos resolver, debilidades a jusante e apoiar o desenvolvimento, com elevada autonomia, de importantes infra-estruturas, nas áreas da produção energética, dos transportes terrestres

e marítimos, da indústria química orgânica, das pescas, entre outras.

No quadro das mudanças operadas nos domínios da ciência e tecnologia, apareceu um conjunto de novas indústrias, tecnologias e produtos, regra geral de alta intensidade tecnológica, muitas das vezes resultado de frutuosas ligações entre o ensino superior e a esfera produtiva, como as biotecnológicas, com especial destaque para a indústria farmacêutica (produção de princípios activos e medicamentos, nomeadamente genéricos), as electrónicas, nomeadamente as associadas às comunicações ou as produtoras de sistemas de automação e de controlo (e outros equipamentos muito especializados), as relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação, as produtoras de equipamentos ligeiros para a produção energética, as dos novos materiais, entre outras.

Algumas empresas de pequena e média dimensão destas indústrias têm constituído núcleos de grande sucesso nacional e internacional, devem ser eficazmente apoiadas e replicadas as suas experiências, designadamente no que concerne à disponibilização de consistentes apoios públicos. Deve vigiar-se atentamente a gula sistemática que as multinacionais têm por estas empresas nascentes, criadas com o esforço, o investimento e o saber nacionais.

Indústrias de alto nível tecnológico, que existem em Portugal na dependência quase total do capital estrangeiro, como a indústria automóvel e as indústrias de componentes para automóvel, embora na expectativa de grandes mudanças, associadas no fundamental à crescente escassez de matérias-primas, devem ser repensadas com vista a uma maior incorporação nacional aos diferentes níveis da concepção e produção.

Devem também ser protegidas, apoiadas e desenvolvidas as exigentes e tecnologicamente muito evoluídas actividades associadas às indústrias aeronáutica e aeroespacial, seja na sua componente de fabrico, seja na de manutenção.

Devem ainda ser muito acompanhadas e apoiadas as indústrias de reciclagem — de metais, vidro, plásticos, papel e cartão, óleos minerais e vegetais —, que a crescente escassez de recursos e a protecção ambiental têm vindo a fazer crescer, embora a níveis e

com organização muito aquém das necessidades, e a atribuir uma importância cada vez maior.

Finalmente, uma política industrial equilibrada não pode minorar a protecção e o apoio públicos, particularmente técnico e financeiro, a uma miríade de actividades artesanais, económica e culturalmente importantes, criadoras de emprego e riqueza, nomeadamente em regiões deprimidas e desertificadas.

Um importante acréscimo do protagonismo do Estado é absolutamente vital para a dinamização, renovação e defesa da indústria transformadora nacional. Esse protagonismo deve ter lugar enquanto definidor e orientador das linhas mestras de uma autêntica política de desenvolvimento industrial, continuamente articulada entre os sectores público e privado, enquanto gestor de fundos públicos de apoio à indústria nos planos da competitividade e das exportações e enquanto titular e gestor de activos estratégicos na esfera produtiva.

É crucial para a dinamização da indústria transformadora a existência de recursos humanos qualificados a todos os níveis das empresas. A preparação escolar e pós-escolar, orientada para a indústria, e a promoção de trabalhadores, gestores e empresários com formação crescentemente elevada em tecnologias e gestão são condições necessárias para uma indústria transformadora modernizada e competitiva.

5.5 — Produção, salários e justiça social

Para o PCP, a defesa da produção nacional é inseparável da valorização dos salários e dos rendimentos dos trabalhadores e do povo. Ao contrário de outros, que defendem interesseiramente o aumento da produção nacional mas através do agravamento da exploração, o objectivo de produzir mais une-se ao objectivo de distribuir melhor.

A elevação dos salários e das remunerações (bem como a elevação das pensões e reformas), de modo a compensar a inflação, a recuperar o poder de compra perdido, a partilhar dos ganhos de produtividade e a aproximar das remunerações médias da União

Europeia, é um objectivo da mais elementar justiça social e uma condição para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores, dos padrões de bem-estar da população e para a diminuição do fosso social que separa Portugal dos países mais desenvolvidos da Europa. O objectivo de justiça e progresso social é a sua primeira e maior justificação.

Mas, a par disso, a elevação das remunerações dos trabalhadores (bem como dos pensionistas e reformados) pode constituir um motor de desenvolvimento económico do país. Ao permitir a elevação do poder de compra, proporciona o aumento da procura, o incremento do consumo, o alargamento do mercado interno, o escoamento de inventários acumulados, o alívio de pequenas e médias empresas em dificuldades, um estímulo à produção, a maior utilização da capacidade produtiva instalada. E com isso, em efeito multiplicador, o aumento do emprego, dos rendimentos, do consumo, de redobrados estímulos à produção, seja directamente de meios de consumo, seja de meios de produção requeridos pela laboração desses meios de consumo.

No entanto, desligado da preocupação de elevar a produtividade, qualidade e competitividade da produção nacional, desacompanhado da imprescindível intervenção a montante na oferta nacional, o efeito multiplicador da elevação do consumo perde-se, pelo menos em grande medida, no aumento da importação de produtos estrangeiros, como mostrou a subida artificial da despesa alimentada a crédito fácil nas duas últimas décadas. Em vez de estímulo à produção nacional, desequilibra-se ainda mais o défice comercial e agrava-se o endividamento externo do país.

Uma condição necessária para aproveitar e usufruir, mais completamente, do acréscimo da procura suscitado pelo crescimento dos rendimentos, para traduzi-lo (e sustentá-lo) na reanimação da economia, é desenvolver uma indústria e uma produção nacionais capazes de se bater com as agressivas produções estrangeiras que, mesmo com a desvantagem dos custos do transporte, vêm competir no próprio mercado português. O que exige também a defesa do mercado interno, com a adequada fiscalização das importações, que devem cumprir as regras e condicionamentos impostos à produção nacional.

Outra condição é privilegiar os aumentos dos salários e dos rendimentos mais baixos dos trabalhadores e das populações, porque, além do que significa enquanto acto de justiça social, são estas camadas sociais mais empobrecidas que têm um consumo com menor propensão para os produtos importados. Nesse sentido, é crime, que lesa não apenas a justiça social mas o próprio desenvolvimento económico, travar, em vez de acelerar, o crescimento do salário mínimo nacional (e das pensões e reformas que a ele deveriam estar indexadas).

De modo geral, o combate às desigualdades, a luta contra a polarização da riqueza, tem o efeito económico benéfico de incrementar a procura e, garantido com uma produção capaz de corresponder, o crescimento económico. Produzir mais riqueza, permite distribuir mais riqueza; mas, inversamente, distribuir melhor a riqueza também permite produzir mais riqueza. Daí a necessidade de atacar em Portugal esta economia das desigualdades, que contribui para a sua estagnação, bloqueio e dependência externa.

O crescimento dos salários e das prestações sociais, nas condições indicadas, animando a curto prazo a procura, a produção e o emprego, é uma medida fundamental para combater a recessão e a estagnação e sair da crise. Mas tem que ser acompanhada por um enquadramento, intervenção e esforço investidor do Estado, para evitar que a redução da parte do produto social disponível para o investimento e a acumulação que resulta do aumento da proporção do consumo (da diminuição da propensão para poupar) possa comprometer mais adiante o ritmo entretanto estimulado de crescimento económico. E tem, sobretudo, que ser prolongado em verdadeiras medidas de ruptura que retirem fundamentalmente da alçada capitalista um conjunto de sectores económicos básicos e estratégicos, que permitam ir introduzindo na vida social elementos de racionalidade económica, social e ambiental, diferentes da lógica da maximização do lucro, aprisionadora das opções sociais e bloqueadora do desenvolvimento nacional.

Em 2009, no auge da crise económica, que prossegue no país sob a forma de uma prolongada estagnação entremeada de recessões, como no momento presente, o governo PS disponibilizou

um pacote significativo, embora muito insuficiente, de supostas ajudas à reanimação económica. Mas, numa opção de classe evidente, bem ilustrada pela malfadada nacionalização do BPN (que tanto pesa ao erário público), optou basicamente por garantir, emprestar ou dar dinheiro aos bancos e às empresas, em vez de dá-lo aos trabalhadores e às populações carenciadas. Para além da inversão das preocupações sociais, ignorou desdenhosamente que o gasto público para revigorar uma economia, a produção, o emprego e o rendimento, em situações de grande recessão que ameçam transformar-se em depressão económica, tem eficácia nula ou reduzida se aplicado ao contrário do que exige o aumento da procura (embora possa libertar de apertos e aumentar os proventos de quem já tem muito).

Nestes períodos de crise profunda, garantir ou dar dinheiro aos bancos não serve para nada, porque os bancos guardam-no para si e não emprestam, ou só o fazem em condições muito restritivas, às empresas (e aos particulares), que nem sequer lhes pagam tudo o que já devem. Emprestar ou dar dinheiro às empresas, sendo obrigatório para apoiar e salvar da falência numerosas MPME, ajuda-as a pagar as dívidas que têm, especialmente aos bancos, mas dificilmente as leva a aumentar a produção e as contratações, dado que nem sequer conseguem vender e escoar os *stocks* acumulados. Isto é, descrito com esquematismo, um comportamento racional por parte dos bancos e das empresas. Não se empresta dinheiro nem se investe dinheiro, não se aumenta a actividade nem se contrata gente, se as perspectivas de lucratividade são negativas. A boa solução passa por entregar o dinheiro primordialmente aos trabalhadores, nomeadamente com o aumento do emprego e dos salários, e às populações mais carenciadas (relativamente mais viradas para o consumo da produção nacional). Não só porque são quem mais precisa, mas também porque são o sector que o vai efectivamente despende, comprando meios de subsistência, adquirindo produtos e serviços de que necessitam às empresas, que por sua vez podem aumentar a produção, as vendas e pagar então as dívidas aos bancos.

Em resumo, o governo PS fez exactamente tudo ao contrário (e o governo PSD/CDS prepara-se para fazer o mesmo). Voltou as

ajudas de cabeça para baixo. Em vez de apoiar vigorosamente os trabalhadores e as populações, que com o seu consumo estimulariam a produção nacional e esta a liquidação dos compromissos do crédito, disponibilizou as ajudas preferencialmente aos bancos e às grandes empresas, que basicamente as guardaram ou distribuíram e repartiram, de acordo com os compromissos recíprocos, entre si. Cá em baixo, para os trabalhadores e as populações, sobrou muito pouco. Com a agravante de se ter avultado o endividamento público e serem agora estes os que são chamados a pagar em cortes de salários, de reformas, de pensões e de prestações sociais as supostas ajudas de que tanto necessitavam e que nunca lhes chegaram.

Como resultado da crise, e a pretexto dela, não são apenas as remunerações, directas (como os salários) e indirectas (como as contribuições das empresas para a segurança social), dos trabalhadores que são postas debaixo do fogo do grande patronato e dos governos. Os equipamentos colectivos e os serviços públicos, gratuitos, subsidiados ou, de alguma maneira, apoiados pelo Estado, de que beneficiam os trabalhadores e suas famílias — que satisfazem necessidades da reprodução da força de trabalho e cuja tomada de encargo por parte do Estado representa uma socialização de fracções do custo dessa reprodução — também são postos em causa. Este autêntico «salário social» dos trabalhadores, apesar dos retrocessos nada desprezável (basta pensar na educação e saúde públicas gratuitas), é alvo da mesma sanha e do mesmo encarniçamento do capital e dos seus representantes políticos.

Porque aumentar o que os trabalhadores e suas famílias pagam às autoridades públicas, os impostos, os descontos para a segurança social e as numerosíssimas taxas por tudo e por nada (desde o estacionamento urbano às propinas no ensino superior) e simultaneamente diminuir o retorno que obtêm do Estado social (como a social-democracia gosta de lhe chamar), aumentar os custos da força de trabalho individualmente assegurados pelos trabalhadores e simultaneamente diminuir os custos sociais de que o Estado se encarrega, significa diminuir o encargo do capital com este custo, aumentar o grau de exploração do trabalho e beneficiar mais os grandes monopólios, o seu financiamento, os seus lucros ou a manutenção da ordem social ao seu serviço.

É por isso que a luta dos utentes e das populações contra a degradação dos serviços públicos é também uma luta contra a exploração do trabalho, convergente com a luta geral dos trabalhadores que enfrenta abertamente o capital.

5.6 — Factores e meios de produção

Embora a laboração na agricultura, na silvicultura, nas pescas, nas indústrias extractiva e transformadora e na construção civil seja sempre condicionada pela envolvente política, económica, financeira, cultural, social, institucional e ambiental das empresas, existem condicionantes que, mesmo em situações de crescimento económico, afectam, por vezes muito negativamente, a actividade destas unidades da esfera produtiva.

Os sectores de actividade que mais condicionam a competitividade das empresas produtivas, particularmente das micro, pequenas e médias empresas, seja no mercado interno, seja nos mercados internacionais, são os fornecedores de factores (bens e serviços) de produção estratégicos, como o sistema financeiro, banca e seguros, os diversos subsistemas energéticos, electricidade, gás natural e combustíveis líquidos, as telecomunicações, os diversos subsistemas de transporte e as infra-estruturas logísticas.

Noutra perspectiva, a do escoamento da produção, deve acrescentar-se, enquanto factor de estrangulamento das MPME, a grande distribuição.

Contrariamente à leitura neoliberal, enviesada pela sua estreita perspectiva de classe, que enfatiza, naquilo que designa por custos de contexto, os direitos dos trabalhadores e o funcionamento da administração pública, sobressai da realidade que os verdadeiros e críticos custos de contexto para as empresas produtivas são os relacionados com os factores e meios de produção disponibilizados pelos sectores atrás mencionados.

Parte muito importante desses sectores são verdadeiros monopólios naturais, enquanto outros, pela sua estrutura empresarial, constituem efectivos oligopólios. O processo de privatizações transformou-os em importantes núcleos do processo de acumula-

ção e centralização de capital, levado a cabo pelo grande capital nacional em íntima associação com o capital estrangeiro. Acumulação conseguida designadamente com a prática de preços de monopólio, preços descarregados em cima das famílias e das empresas produtivas, que ainda por cima enfrentam quotidianamente a feroz concorrência estrangeira.

Em Portugal, o carácter monopolista de muitas das actividades determinantes no fornecimento de factores de produção, bem como os apoios dos governos e das suas agências especializadas aos monopólios, impedem objectivamente a atenuação e porventura resolução do problema dos elevados «custos de contexto» das empresas produtivas.

De facto, ocorre uma contradição insanável entre o interesse do desenvolvimento da economia nacional e o interesse dos grandes accionistas, muitas das vezes estrangeiros, destas empresas, sobretudo na banca, seguros, energia e telecomunicações.

A superação de tal contradição, com vista a colocar este conjunto de actividades estratégicas ao serviço efectivo do desenvolvimento da economia nacional, pode conseguir-se por via de uma forte intervenção do Estado português, designadamente através de nacionalizações (democráticas e definitivas, para distingui-las das que se destinam transitoriamente a socializar os prejuízos dos monopólios, até que voltem a dar lucros).

5.7 — Política de apoio às MPME

São as MPME que sofrem, simultaneamente, o embate da concorrência internacional nos mercados interno e externo, os preços de monopólio de vários factores de produção estratégicos, o aperto dos grandes grupos de distribuição nacionais e a insuficiência e discriminação dos apoios públicos nacionais e comunitários, particularmente no que concerne às micro e pequenas empresas.

Este tipo de empresas, especialmente as micro e pequenas, apresenta grandes insuficiências na organização e gestão, na estrutura financeira e no potencial humano, a par de uma insuficiente dimensão média, o que as inferioriza relativamente às empresas dos mes-

mos escalões dimensionais dos países mais desenvolvidos da UE e se traduz em problemas de produtividade e competitividade.

As potencialidades que também apresentam, decorrentes da flexibilidade e adaptabilidade às mudanças de conjuntura económica e da alteração de paradigmas tecnológicos e de mercados, que introduzem no tecido produtivo, não bastam para superar fragilidades, insuficiências e a pequena dimensão de escala, nomeadamente a sua enorme dependência estrutural e estratégica das grandes empresas e do capital multinacional, para os quais trabalham em regime de subcontratação e sob outras formas mais ou menos informais. Refira-se, a título de exemplos, a dependência de centenas de PME do vestuário de um só grande grupo (Inditex) ou a enorme segmentação da cadeia de valor na construção civil, com dezenas de empresas dependentes de alguns poucos grandes grupos.

Contudo, tem emergido nos últimos anos um número cada vez maior de empresas, seja em áreas tradicionais, seja em áreas mais modernas, que apresentam elevados padrões de inovação, investigação, produtividade e competitividade, mesmo em mercados internacionais de elevada concorrência. Trata-se ainda de ilhas, embora nalguns sectores já com relevância, cujos efeitos de demonstração e de réplica relativamente a muitas das outras empresas deve ser acompanhado e acarinhado a escalas cada vez mais maiores.

É necessário que o Estado intervenha para auxiliar as MPME a superar as suas dificuldades intrínsecas, nomeadamente apoiando a sua modernização tecnológica e organizacional, para pôr fim aos abusos da sua dependência económica, nomeadamente garantindo-lhes o acesso ao mercado público e beneficiando-as no crédito e investimento públicos, mas sobretudo para contrariar o sufoco e a predação de que são alvo dos grandes monopólios, nacionais e estrangeiros. A nacionalização do sector energético e financeiro, acompanhada de uma política de discriminação positiva das MPME, contribuindo para lhes diminuir os custos dos factores de produção, constituiria para estas empresas um enorme balão de oxigénio. De modo geral, cada passo dado na luta contra o poder dos monopólios e no reforço de um reconstituído e renovado sector empresarial do Estado é um passo dado na protecção e auxílio às MPME.

Capítulo VI

Resumo de orientações e medidas

Sem outra preocupação do que a de reunir, apresentam-se por temas um conjunto de orientações e medidas relevantes, sejam de carácter estruturante (de médio e longo prazo), sejam de aplicação quase imediata, abordadas ou mencionadas nos capítulos precedentes.

Uma política alternativa para o aumento da produção nacional e o desenvolvimento económico requer:

No domínio do **planeamento económico**

- Lançamento e implementação a curto prazo de um plano económico, dando pleno cumprimento ao preceito constitucional (alínea e) do artigo 80.º e artigo 90.º da Constituição da República), que relance o papel dinamizador do Estado nas actividades económicas, especialmente na esfera produtiva.
- Tradução do planeamento económico em objectivos concretos de aumento da produção e redução da dependência externa nos sectores produtivos, e em programas de apoio tecnológico, financeiro e de gestão, especialmente às MPME e cooperativas.

No papel da **administração pública**

- Intervenção dinamizadora do Estado na agricultura, pescas, indústria extractiva e transformadora e produção energética, através do planeamento e da reorganização da administração pública.
- Coordenação sectorial, definição de políticas, estabelecimento e controlo de objectivos para as diferentes esferas produtivas.
- Dotação de meios humanos, técnicos e financeiros adequados à dinamização da actividade económica.
- Apoio às empresas, especialmente às MPME, e às cooperativas.
- Valorização dos trabalhadores, dos seus direitos e remunerações, promoção da motivação e incentivo à participação dos trabalhadores do Estado, designadamente dos seus quadros técnicos, na concretização dos objectivos das políticas públicas.

Na defesa da **produção nacional**

- Concepção e concretização de um programa público de apoio à produção nacional de produtos importados, que contemple, entre outras medidas de defesa do mercado interno, o accionamento de cláusulas de salvaguarda de limitação das importações.
- Criação de um Gabinete Dinamizador da Produção Nacional para os Novos Projectos, para fomentar e gerir a incorporação de produtos da indústria transformadora nacional no desenvolvimento dos grandes projectos e outros empreendimentos, no domínio do transporte ferroviário, da produção energética, das infra-estruturas logísticas, na produção industrial.
- Intervenção do Estado na correcção das práticas de aprovisionamento das grandes superfícies, objectivamente contra a produção nacional.

- Promoção de políticas que valorizem a necessidade de incorporar nos projectos e nos cadernos de encargos produtos e componentes de fabrico nacional.

Para **aumentar a produção**

- Aproveitamento dos recursos naturais, designadamente do mar, rios, estuários e albufeiras (pesqueiros, minerais, biológicos, energéticos), do solo (agrícolas e florestais), do subsolo (minerais, rochas ornamentais e industriais, águas) e energéticos.
- Máximo aproveitamento dos efeitos multiplicadores das fileiras produtivas em que haja potencialidades e experiência capazes de produzirem efeitos a curto prazo, designadamente nos sectores agroalimentar, mineiro, florestal e da indústria naval.
- Adequação, através da intervenção da Caixa Geral de Depósitos, de uma política de crédito e de financiamento às necessidades da produção.
- Redução dos custos energéticos e das comunicações, designadamente através da fixação de preços máximos nos combustíveis, electricidade e gás natural.
- Racionalização e fiscalização dos circuitos de distribuição e comercialização, defendendo produtores e consumidores do controlo dos preços pelos agentes intermediários.
- Reestruturação da rede de transportes, com a adopção de um plano nacional de transportes e logística que integre o transporte de passageiros e de mercadorias.
- Valorização e investimento no ensino público, visando a melhoria das qualificações científicas e técnicas da população.
- Aprofundamento das ligações entre o ensino superior e a esfera produtiva, em sectores como a biotecnologia e indústria farmacêutica, as indústrias electrónicas, as indústrias de equipamentos para a produção energética, as dos novos materiais, entre outras.

- Medidas públicas para a colocação de diplomados desempregados ou subempregados (especialmente de engenharia, gestão, economia, gestão de recursos humanos) nos sectores produtivos, sobretudo nas MPME.
- Promoção de encomendas e discriminação positiva do crédito e investimento público às MPME.
- Gestão pública das grandes infra-estruturas de transportes nacionais, incluindo os grandes portos.
- Criação de uma empresa pública de transporte marítimo de mercadorias, relançamento de uma frota nacional destes navios e dinamização de escolas especializadas para a marinha mercante.
- Aumento dos salários, com uma progressão da média salarial claramente acima da inflação e do salário mínimo nacional visando os 600€ em 2013.

No desenvolvimento da **agricultura**

- Defesa e reforço da regulamentação que garanta o direito a produzir, como as quotas leiteiras e os direitos de plantio no vinho.
- Recuperação e reforço das quotas de produção de beterraba sacarina, com vista a assegurar um abastecimento de 25% do consumo nacional.
- Reforço dos programas de apoio e desenvolvimento das raças autóctones nacionais.
- Reavaliação do modelo seguido e reformulação do PRODER ao serviço das pequenas e médias explorações.
- Apoio à actividade das explorações de menor dimensão e favorecimento do cooperativismo e do associativismo.
- Criação de linhas de crédito bonificado a longo prazo de auxílio ao desendividamento das explorações agrícolas.
- Revitalização dos mercados locais para a venda directa dos produtores.
- Favorecimento da distribuição das produções nacionais para os centros urbanos e grandes superfícies comerciais e

imposição à grande distribuição de mínimos legais de venda de certas produções nacionais.

- Privilégio das produções nacionais no aprovisionamento de alimentos da administração pública (como cantinas e hospitais).
- Conclusão das obras em curso do regadio e modernização dos regadios tradicionais.
- Garantia de preços da água no regadio acessíveis aos pequenos e médios agricultores.
- Aproveitamento integral do Alqueva e respectivas infra-estruturas e de outros perímetros de rega.
- Conclusão das obras do Baixo Mondego e do Baixo Vouga.
- Apoio à construção e requalificação das redes públicas e cooperativas de infra-estruturas a jusante da produção agro-pecuária.
- Prioridade à investigação e experimentação, revitalização dos serviços de extensão rural.
- Apoio à instalação de jovens agricultores. Travagem do encerramento de serviços da administração, escolas ou centros de saúde, nas zonas rurais.
- Apoio, para garantir viabilidade e desenvolvimento, ao movimento cooperativo.

No desenvolvimento da **silvicultura**

- Criação de um plano nacional de florestação, a concretizar em 10 anos, com reordenamento e melhor utilização da floresta, que tenha em atenção aspectos económicos, ambientais e os interesses das comunidades locais.
- Simplificação da legislação florestal, melhorando a articulação entre os organismos públicos com responsabilidades no sector.
- Realização do cadastro florestal (e actualização do cadastro da propriedade rústica).
- Promoção do investimento dos pequenos e médios proprietários na floresta, incrementando a participação nesse investimento.

- Recuperação da produção florestal de lenho de qualidade.
- Prevenção de incêndios e vigilância da floresta, em articulação com as organizações de produtores florestais e os concelhos directivos dos baldios.
- Plano de intervenção urgente de combate às doenças e pragas, como o nemátodo do pinheiro e a tinta do castanheiro.
- Instalação das centrais de biomassa já previstas, com possível reestruturação da rede e modelo.
- Promoção da indústria química ligada às resinas, aproveitamento das espécies silvestres para a produção de essências, condimentos, produtos farmacêuticos e cosméticos.

No desenvolvimento das **pescas**

- Estabelecimento de programa de dinamização das pescas nacionais, com redução do preço de factores de produção e melhoria das cadeias de comercialização.
- Accionamento de programa específico de apoio à pequena pesca.
- Incentivo à renovação das frotas de pesca.
- Alargamento do acesso a custo reduzido em todos os tipos de combustíveis a todos os segmentos da frota.
- Promoção da valorização do pescado na primeira venda.
- Desenvolvimento da aquacultura.
- Apoio à indústria conserveira e ao consumo de conservas portuguesas.
- Valorização da actividade dos pescadores, melhorando as condições remuneratórias e de segurança da sua actividade.

No desenvolvimento das **indústrias extractivas**

- Reversão do domínio do capital privado, particularmente estrangeiro, com assunção de posições dominantes na pesquisa, exploração e primeiras transformações em território nacional do ferro, cobre, zinco, chumbo, estanho, urânio, petróleo, gás natural, carvão, ouro, prata, lítio, tungsténio, entre outros.

- Aproveitamento integral dos recursos, começando pelos de melhores condições de exploração e rentabilidade social, fornecendo à indústria e exportando produtos o mais elaborados possível.
- Reanimação, reorientação e fortalecimento da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro.
- Reconstituição da Empresa Nacional de Urânio (ENU).
- Dinamização da exploração mineira e da instalação de concentração de minérios de metais básicos em Aljustrel.

No desenvolvimento da **indústria transformadora**

- Assunção pelo Estado de posições determinantes em indústrias básicas, como a siderurgia e algumas metalurgias não ferrosas (cobre), e em indústrias estratégicas, como a naval (grandes e médios estaleiros) e as metalo, electromecânicas e electrónicas de produção de material de transporte sobre carris ou de equipamentos para a produção de electricidade.
- Estruturação de núcleos de integração vertical, baseados nos recursos naturais nacionais, desde as indústrias extractivas às primeiras transformações (como a siderurgia, metalurgia e cimenteira).
- Ampliação da petroquímica, da produção de olefinas e aromáticos.
- Recriação de um sector de adubos.
- Recuperação de posições públicas na propriedade e gestão da indústria de pasta de papel e papel.
- Intervenção pública na EMEF e na ex-Sorefame, recuperação da produção nacional de material de transporte sobre carris (comboios, metropolitanos, eléctricos).
- Intervenção do Estado para assegurar a retoma ou promoção da produção de vidro plano, de amoníaco, de explosivos industriais, de grandes estruturas metálicas, equipamentos de movimentação e elevação de grandes cargas, entre outras produções.

- Adensamento da malha industrial, particularmente nos *clusters* mais competitivos e reconhecidos internacionalmente.
- Apoio às indústrias de reciclagem, para corresponder às necessidades de protecção do ambiente e da poupança de recursos.
- Apoio à reabilitação urbana e à poupança energética a nível dos edifícios, nomeadamente à produção nacional de janelas termicamente eficientes.
- Dinamização da produção de equipamentos na área energética.
- Alargamento da base nacional da indústria de componentes para automóvel.
- Protecção e desenvolvimento das indústrias aeronáutica e aeroespacial.
- Criação de um laboratório nacional público de medicamentos, visando a substituição de importações e a diminuição dos custos para o Estado.

Especificamente relacionadas com a **indústria alimentar**

- Produção de máquinas e alfaias, aproveitando as capacidades da metalomecânica, de equipamentos para a criação de animais e para a indústria de lacticínios.
- Consideração urgente e estudo da produção de máquinas agrícolas mais complexas.
- Produção de rações e alimentos para animais, aproveitando os recursos nacionais, incluindo da pesca.
- Produção de adubos, insecticidas e herbicidas.
- Realização ou incentivo de infra-estruturas na agricultura, como estradas, irrigação, barragens hidroagrícolas, armazéns e instalações de criação de animais, e nas pescas, como construção e reparação de embarcações, aprestos navais.
- Desenvolvimento regional da produção de alimentos e bebidas, visando a criação de complexos agroindustriais.

Capítulo VII

Texto de encerramento

A defesa da produção e do aparelho produtivo nacional, que faz parte do património de intervenção e luta do PCP ao longo de décadas, é uma necessidade incontornável e inadiável para responder aos problemas estruturais com que o país se defronta. Não há saída para os problemas do crescimento económico, do emprego, do ordenamento do território, do endividamento externo e mesmo das finanças públicas sem uma política que inverta de forma sustentada o rumo de destruição da base produtiva do país.

O país não pode viver sem produção de bens transaccionáveis. Porque a população precisa de alimentar-se, vestir-se, alójarse, deslocar-se, de todo um conjunto de meios de vida, que asseguram a sua subsistência, a sua ocupação e o seu bem-estar, que são produto das actividades agrícolas (e das pescas) ou das actividades industriais (extractiva e transformadora, incluindo também a produção de energia).

Se a produção do país não é suficiente, para assegurar a existência ou o nível de vida almejado para a sua população, os bens necessários têm que ser importados, isto é, tem que se recorrer à produção estrangeira. Mas então é necessário fornecer algo em troca, pagá-los. A produção de serviços e o comércio interno entre os residentes não resolvem, exactamente porque são internos, a necessidade das contrapartidas a oferecer ao exterior. O comércio com o estrangeiro pressupõe ter algo que se lhe possa vender. A venda de serviços ao estrangeiro, tem, por um lado, a limitação

característica de boa parte das suas actividades, que diferentemente dos bens transaccionáveis exigem a presença física daqueles a quem o serviço é prestado, ou, por outro, especificidades nacionais (como a língua) e uma dimensão que tornam inverosímil que suscitasse uma procura externa que pudesse compensar o que se teria de importar.

É certo que o turismo (como exemplo de serviços vendidos ao estrangeiro) pode contrabalançar parcialmente, como faz actualmente, o défice comercial do país. Mas por muito que se possa desenvolver, e é desejável que isso suceda, tem a limitação dos custos de transportes, a cada vez maior concorrência de outros destinos turísticos aliciantes no mundo e, com uma deficiente produção de bens nacionais, a contrariedade de exigir mais importações.

É certo que as remessas dos emigrantes portugueses também compensam em parte o que se adquire no exterior. Mas a menos que a emigração esvaziasse em grande medida o país, enquanto fossem mais os cá dentro do que os saídos lá para fora, dificilmente chegariam. Além de que muita da diáspora portuguesa envelheceu, se reformará e voltará ou se integrou, com os descendentes, nos países que os acolheram; em ambos os casos as remessas diminuem.

É evidente que o país não pode viver só, ou fundamentalmente, do turismo e das remessas dos que partiram. O crescimento do turismo e das remessas dos emigrantes são incertos e têm limites estreitos.

Não há alternativa. O país precisa de produzir. E precisa de produzir mais bens transaccionáveis, em que progrediu pouco, se atrasou e perdeu muito.

No entanto, a produção da agricultura e indústria portuguesas é, comparativamente à de outros países, e mesmo à média do espaço económico em que o país se insere, bastante menos eficiente. As produções portuguesas têm dificuldade em competir no estrangeiro e no próprio mercado interno português. Esse é um dos grandes motivos porque a agricultura e pescas estagnaram e a indústria se refugiou em produções de fraca intensidade tecnológica baseadas na mão-de-obra mal paga.

A produtividade é uma questão central. Portugal precisa urgentemente de aumentar a produtividade das suas produções (bem

como, evidentemente, a sua qualidade e diversidade). Mas isso é impossível sem um fortíssimo investimento na modernização tecnológica (além do investimento na recuperação e lançamento de novas produções e indústrias). Especialmente em situação de estagnação e recessão prolongadas, mas sobretudo pelo histórico das suas actuações, não é expectável que este investimento, pelo menos nos volumes requeridos, parta da iniciativa dos grupos económicos e financeiros e dos bancos privados, nacionais ou estrangeiros. O exemplo, o impulso, o estímulo, o suporte e uma parte significativa do esforço, no financiamento e no crédito ao financiamento, têm que vir do Estado (com importante papel da Caixa Geral de Depósitos) e de um melhor aproveitamento dos fundos comunitários. Qualquer atraso nesta orientação, nomeadamente a pretexto da poupança da despesa para equilibrar as contas públicas, pagar-se-á duramente mais à frente, a começar desde logo pelo agravamento dos próprios desequilíbrios financeiros

Ainda mais importante. A busca do máximo de lucros em mercados cada vez mais globalizados por parte dos grupos monopolistas portugueses e estrangeiros, com excepções que devem ser tidas em conta, cujo investimento foge da indústria (e da agricultura), que se desfazem de unidades produtivas e deixam descapitalizadas aquelas de que não se conseguem desfazer, que pela sua actuação, poder e influência prejudicam o exercício da actividade produtiva (que cria riqueza) em benefício das actividades financeiras e especulativas (que se apropriam da riqueza), exige que o Estado tome fundamentalmente a seu cargo, em termos de propriedade e gestão, alguns sectores estratégicos para a estruturação da produção e da economia nacionais, a começar pela nacionalização definitiva dos sectores financeiro e energético, e que num processo ponderado mas determinado, através da nacionalização, da negociação ou do investimento, assuma progressivamente uma forte presença pública na produção industrial do país.

Mas o investimento, sobretudo no lançamento de novos projectos, e a constituição de fortes núcleos industriais públicos demoram a dar frutos e a concorrência das exportações estrangeiras, inclusivamente no nosso próprio mercado interno, não espera. É necessário a adopção de medidas excepcionais, nomeadamente forçando

ao limite todos os mecanismos permitidos pelo enquadramento comunitário, para, de alguma maneira, conseguir defender os processos de modernização e os nascituros industriais, que previsivelmente abortariam numa concorrência aberta, e desleal porque desproporcionada, com as agressivas produções estrangeiras. Por maioria de razão, devem ser combatidas e não podem ser aceites a maior desregulamentação da produção e a maior liberalização do comércio externo e interno da UE.

A adopção de medidas, transitórias e selectivas, de defesa do processo de modernização e diversificação da produção de bens impulsionado pelo Estado pode ser invocada como uma reparação parcial dos estragos causados pela inserção descontrolada e desvantajosa de Portugal na UE. Mas a libertação de todas as potencialidades de desenvolvimento exige, mais geralmente, uma ruptura com o processo de integração subordinada e dependente, com o colete de forças da Europa capitalista e a luta por uma outra Europa, de estados soberanos, de paz e cooperação, ao serviço dos trabalhadores, dos povos e do desenvolvimento harmonioso do continente, em vez dos grandes monopólios e das grandes potências.

O agravamento da crise do capitalismo expôs mais claramente a fragilidade do tecido produtivo português. Os persistentes défices comerciais fazem-se sentir agora no brutal endividamento externo e na incapacidade, mesmo aceitando pagar o tributo à agiotagem internacional, de financiar o normal (mas distorcido) funcionamento da vida nacional.

Não há solução para este problema sem atacar frontalmente a causa primordial de as importações de bens excederem sistematicamente as exportações. Não há solução sem aumentar a produção nacional. E não apenas para aumentar as exportações, como defende uma certa linha de pensamento ligada às ambições económicas de alguns grupos, que no fundo em vez de pôr as exportações a servirem o país gostariam de pôr o país a servir as suas exportações. Aumentar a produção também para reduzir as importações: em vez de, como sucedeu durante anos, as importações substituírem a produção nacional, tem que ser agora a produção nacional a substituir as importações.

Os défices industrial e alimentar externos podem ser atacados de pronto aumentando a utilização da capacidade instalada nas fábricas e da terra desaproveitada na agricultura. A redução do défice tecnológico, que exige a superação de grandes atrasos e o investimento inovador, em novas áreas, incluindo na educação, formação e investigação, naturalmente morosas, será mais demorada, mas pode ser conseguida paulatinamente. A maior preocupação no imediato e nos próximos tempos é o défice energético, de difícil resolução, dada a grande insuficiência das fontes energéticas exploradas no país.

Por constrangimentos físicos ligados à progressiva escassez de recurso não renovável, a oferta de petróleo deixou de poder acompanhar a procura mundial, estando a diferença a ser coberta actualmente pelos inventários comerciais, que elevam os preços à medida que se esvaziam. Até um novo afloramento da crise, que reduza globalmente a procura, esta continuará, com irregularidades de conjuntura, a fazer subir os preços, tornando-se insustentável para países, como Portugal, de elevada dependência energética, sobretudo do petróleo.

A aceleração da utilização de gás natural (mais longe do seu pico histórico), da produção de energias renováveis, com destaque para a hídrica e eólica, do aumento da eficiência energética do país e da racionalização do consumo energético (se necessário com o racionamento dos derivados do petróleo) tem a curta janela de oportunidade, de poucos anos, de a produção mundial ainda não ter declinado e o consumo permanecer relativamente contido pela crise latente. A recuperação da GALP e da EDP para o domínio público e a manutenção da REN no domínio público é uma alavanca essencial para atravessar com menos danos os tempos conturbados que se avizinham.

Para as empresas produzirem é preciso que vendam ou, visto pelo outro lado, que lhes comprem. Mas para isso é necessário que a população tenha meios de o fazer. A elevação do poder de compra dos trabalhadores e das populações, sobretudo as mais carenciadas, que consumirão relativamente mais da produção nacional, é uma condição básica para combater a pobreza persistente, defender e melhorar os níveis de vida, corrigir injustiças e desigualdades, mas

também uma condição imediata necessária para salvar numerosas pequenas e médias empresas, para travar a recessão e empreender o caminho de volta ao crescimento económico. O aumento do salário mínimo em vez de refreado deve ser acelerado (tal como as baixas pensões).

Vai em sentido contrário a política do FMI, do Banco Central Europeu e da União Europeia, trazidos ao país pela mão do PS, do PSD e do CDS/PP. O objectivo de saneamento das finanças e correcção sustentada dos desequilíbrios externos dificilmente será alcançado com esta intervenção. Diversamente da anterior intervenção do FMI em Portugal (Outubro de 1983), o país não tem moeda própria que possa ser nacionalmente emitida ou desvalorizada; não tem um banco central que possa financiar a actividade e a dívida do Estado; não tem um mercado interno minimamente resguardado; não conta com uma recuperação económica certa nos países para onde exporta; não vê os preços do petróleo a baixar; tem montantes das dívidas externa e pública mais incomportáveis; defronta-se com uma competição mais agressiva nas suas exportações; enfrenta uma especulação financeira internacional incomparavelmente mais desenvolvida e exacerbada; deixou de ter um sector empresarial público que sustenha o emprego e a actividade económica; e tem a soberania e respectiva margem de manobra muito mais manietada. A situação do país está muito mais fragilizada, não é assemelhável à da última intervenção do FMI e os exemplos das desgraças, grega e irlandesa, aí estão, ao lado, para mostrá-lo.

O que sim é certo, absolutamente certo, é que, a não ser travada esta ingerência na vida do país e esta verdadeira agressão ao povo português, haverá mais recessão, mais exploração, mais cortes nos rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, dos desempregados e das famílias, mais dificuldades, mais insegurança, mais pobreza. São os monopólios, e não o povo português, quem deveria pagar a crise. Mas foi para evitá-lo que PS, PSD e CDS se concertaram e impuseram a vinda do FMI, do BCE e da UE.

Portugal e o mundo vivem uma gigantesca crise sistémica que, de forma mais escondida ou mais aberta, durará ainda vários anos. Tornou-se corrente afirmar que os períodos de crise

comportam grandes perigos mas também grandes oportunidades. A impossibilidade de continuar como dantes impõe a necessidade, e a agudização das dificuldades impõe a premência, de grandes alterações na organização e funcionamento da sociedade. Cabe às forças progressistas aproveitar a consciência desta inevitabilidade para reunir força social e política capaz de golpear profundamente o poder dos monopólios, derrotar a política de direita e de abdição nacional ao seu serviço, derrotar as intervenções externas que os poupam e beneficiam, e fixar um novo rumo para a vida do país (e do mundo).

É possível Portugal minorar os efeitos desta crise, é possível passar sem descarrilar esta curva apertada da sua história, produzindo mais e melhor, aproveitando integralmente os seus recursos naturais e humanos, racionalizando a actividade económica, investindo nos sectores produtivos, mas sobretudo contando com a mobilização, a energia e a criatividade do seu povo, capaz de afrontar e superar constrangimentos e bloqueios, de romper dependências e subordinações, de concretizar uma política de defesa dos interesses nacionais, voltada para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e das populações, para a resolução dos problemas do país.

O conjunto de iniciativas e intervenções que o PCP levou por diante ao longo da campanha Portugal a Produzir — da qual resulta este texto — foi um contributo para a afirmação da defesa da produção nacional como um eixo estruturante da política patriótica e de esquerda que propõe aos trabalhadores e ao povo português. Uma política cuja concretização reclama uma urgente ruptura e mudança com a política de desastre nacional e que se insere no caminho de uma democracia avançada e do socialismo para Portugal.

Apresentação da Campanha Nacional do PCP em defesa da produção nacional e do aparelho produtivo

30 de Agosto de 2010

1 — O país está confrontado com uma das mais graves crises das últimas décadas. A persistência numa política vinculada aos interesses dos grupos económicos e financeiros, de abdicação dos interesses nacionais, de desaproveitamento dos seus recursos e potencialidades está, não só na origem dos gravíssimos problemas que o país enfrenta — estagnação e recessão económica, aumento da dívida externa e da dependência, desemprego e défices estruturais (alimentar; energético; industrial; tecnológico) — como é um factor de agravamento da actual situação e de condicionamento do futuro do país.

O contexto de aprofundamento da crise do capitalismo, que é também a crise dos princípios e orientações e práticas dos responsáveis por mais de 30 anos de política de direita, pôs em evidência as consequências de uma política de constante ataque aos direitos dos trabalhadores e contrária aos interesses nacionais. Uma política que, liquidando importantes conquistas de Abril e em confronto com a Constituição da República, constitui um crime premeditado contra os interesses fundamentais do país e do povo português. Uma política que ao serviço do grande capital e voluntariamente submetida a ditames da União Europeia — cuja natureza e orientações colide com os interesses nacionais — conduziu ao agravamento da exploração dos trabalhadores, a assinaláveis quebras na produção nacional, ao dismantelamento e liquidação de importantes sectores industriais, à sempre crescente substituição da produção nacional

por importações, a um desprezo pelos problemas da economia real em favor das actividades financeiras especulativas.

Portugal não é um país pobre. O país, os trabalhadores e o povo português, não aguentam mais esta política de desastre nacional. A defesa da produção e do aparelho produtivo nacional emergem como uma incontornável resposta ao actual processo de declínio económico e que é inseparável da melhoria das condições de vida da população, do aumento dos salários e pensões, do alargamento dos direitos dos trabalhadores, do combate à precariedade e ao desemprego.

É neste quadro que o PCP irá realizar nos próximos meses uma campanha em defesa da produção nacional sob o lema — Portugal a produzir. Uma importante iniciativa política, destinada a afirmar o valor estratégico da produção nacional para o aproveitamento de todas as potencialidades e recursos do país, para a criação de emprego, para o combate à dependência externa, para a afirmação de uma via soberana de desenvolvimento.

2 — A pretexto do «défice» e agora da «dívida externa» tem-se desenvolvido uma autêntica chantagem sobre os trabalhadores e o povo português destinada a reduzir o valor dos salários, encerrar e privatizar serviços, agravar a exploração.

Como o PCP há muito vem alertando, o problema central do país não é o défice público ou a dívida pública como PS, PSD e CDS querem fazer crer, mas sim a dívida externa global (pública e privada) em consequência de um processo de desindustrialização, de degradação e do abandono do aparelho produtivo, das privatizações, do domínio do capital estrangeiro sobre a economia nacional e de uma política monetária e cambial conduzida pelo Banco Central Europeu, altamente penalizante das nossas exportações e actividades produtivas.

Contrariando o discurso dominante, mentiras e mistificações que durante anos foram lançadas para justificar o abandono da produção nacional, o PCP sempre afirmou que não só era possível como absolutamente necessário investir na produção e no aparelho produtivo, como condição para a defesa da nossa soberania, para a criação de emprego e o desenvolvimento do país.

3 — O PCP propõe a adopção de uma política de Estado em defesa e promoção da produção nacional que contribua para concretizar um modelo de substituição de importações por produção nacional, promova um programa de industrialização do país, aproveite e potencie todos os recursos nacionais, tenha como objectivo garantir a soberania alimentar, o pleno emprego e o emprego com direitos, aposte prioritariamente na dinamização do mercado interno sem desguarnecer as exportações num quadro de alargamento e diversificação de relações externas e que tenha como eixos essenciais:

- Reforço do investimento público voltado para a indústria, a agricultura e as pescas, com a criação e recuperação de infra-estruturas necessárias à produção, à rede de transportes e logística, e a criação de novas empresas e áreas de intervenção públicas;
- Aproveitamento integrado de todos os recursos nacionais com uma política que, concretizando medidas de combate ao desemprego, ao trabalho precário, à desvalorização dos salários, potencie o aproveitamento do mais importante recurso nacional — a capacidade criativa e produtiva de milhões de trabalhadores e, simultâneamente, promova os importantes recursos naturais do subsolo e energéticos, agrícolas e florestais, os recursos decorrentes do mar assim como de toda a capacidade produtiva ainda instalada no nosso país — designadamente no plano industrial —, potenciando-a e impedindo a sua liquidação.
- Defesa e reconstituição de um forte e dinâmico sector empresarial do Estado, recuperando para o sector público — por via de nacionalização ou negociação adequada — sectores básicos e estratégicos da nossa economia designadamente na banca, na energia, nas telecomunicações e transportes. E dinamizando sectores estratégicos para a vida económica do país que estão hoje ou profundamente fragilizados ou sujeitos a lógicas financeiras de curto prazo, nas mãos de capital nacional e/ou estrangeiro, ou mesmo abandonados;

- Planeamento económico, tal como a Constituição da República prevê e sem o qual não será possível reestruturar o tecido económico do país. Planeamento onde se realize uma avaliação dos recursos humanos, dos meios de produção necessários, dos recursos tecnológicos, da componente importada e dos recursos financeiros necessários a uma política de Estado na defesa e promoção da produção nacional.

4 — A concretização de uma política de Estado em defesa e promoção da produção nacional, pressupõe um conjunto de medidas concretas dirigidas a cada um dos sectores da actividade económica.

A indústria transformadora é a base insubstituível do crescimento económico e do desenvolvimento. No quadro de actual processo de desindustrialização, foram desmanteladas, ou diminuídas nas suas capacidades produtivas, importantes unidades industriais, que seriam imprescindíveis para responder aos principais défices do país. Integrados num plano de industrialização do país que o PCP propõe, onde o Estado assuma um papel determinante impõe-se o desenvolvimento das indústrias siderúrgicas, metalomecânicas, electromecânicas, eléctricas, química pesada, reparação e construção naval e de alta tecnologia assim como da indústria extractiva, dotando o país de alavancas fundamentais para o relançamento industrial do país.

No âmbito de uma outra política para a agricultura e o mundo rural, a defesa da agricultura e da floresta deve constituir uma prioridade das políticas públicas que permita combater o défice agro-alimentar (na ordem dos 4 mil milhões de euros por ano), criar emprego, dinamizar as economias locais e rurais.

A situação actual reclama medidas urgentes no apoio à produção e ao rendimento dos agricultores, na concretização de importantes obras públicas e no integral aproveitamento de outras como o Alqueva, na concretização de um Plano Nacional de (re) Florestação, medida que tenham também como objectivo a concretização de uma nova Reforma Agrária nos campos do Sul com a liquidação da propriedade latifundiária e a racionalização fundiária

pelo livre associativismo no Norte e Centro do país, respondendo assim às questões do emprego, da soberania e segurança alimentar do país.

No política de pescas contrariando a tendência de persistente e dramática redução de efectivos e embarcações impõe-se um incremento efectivo do pescado capturado e descarregado, a concretização de investimentos e unidades industriais públicas ligadas à exploração, investigação e desenvolvimento da aquacultura e das conservas e o efectivo aumento e renovação das nossas diferentes frotas de pesca — longínqua, costeira e artesanal — associadas ao reforço da iniciativa do Estado português (seja no plano da UE seja nas relações bilaterais) que assegure o desenvolvimento deste sector.

5 — Na situação desastrosa em que se encontra a economia nacional, perante os dramáticos problemas sociais, o desemprego, a precariedade e os baixos salários, a resposta não pode ser a da continuação da política de direita, mas a de uma ruptura com o actual rumo, de uma mudança na vida nacional que imponha uma política patriótica e de esquerda.

A campanha que o PCP irá realizar durante os próximos meses sob o lema «Portugal a produzir» destina-se a permitir uma mais larga tomada de consciência de que este velho e arrastado caminho para o desastre e o declínio das actividades produtivas nacionais tem de ser urgentemente travado e que, numa perspectiva sólida de desenvolvimento económico e progresso social, e mesmo a solução dos actuais problemas financeiros, só será possível com uma nova política de apoio, revitalização e modernização do aparelho e do tecido produtivos nacionais, nas mais variadas áreas e sectores. «Portugal a produzir» será uma campanha que, apresentando propostas e soluções, irá ao encontro de trabalhadores, pequenos produtores, PME, de instituições e empresas, ouvindo os seus problemas e aspirações.

Uma campanha que terá início na Festa do Avante! com a apresentação de uma importante exposição no Pavilhão Central com o mesmo lema e que terá durante os próximos seis meses um plano de acção visando dar expressão pública e institucional a um

programa de medidas que, seja do ponto de vista sectorial, seja do ponto de vista local ou regional, dinamizem o aparelho produtivo e afirmem um outro rumo para o país.

Uma campanha que falará dos problemas concretos da vida nacional, longe das insignificantes querelas com que PS, PSD e CDS, procuram iludir a actual situação, mas próxima do país profundo, da realidade concreta com que estamos confrontados.

«Portugal a produzir» é assim a definição de um rumo inverso ao da política de direita que, correspondendo às legítimas aspirações dos trabalhadores e do povo português a uma vida melhor, se afirma como uma grande proposta do PCP para o presente e o futuro de Portugal.

edições
Avante!

Referências bibliográficas

- Ameco, Annual macro-economic database, quadro *Gross value added at 2000 prices: industry excluding building and construction*, data da última actualização 29-11-2010.
- Anuário Estatístico – Portugal – Continente Açores e Madeira, 1979, INE.
- Anuário Estatístico de Portugal 2009, INE, edição 2010.
- Associação Portuguesa de Cortiça, artigo *O Montado* no respectivo site, acedido em 2011, www.apcor.pt/artigo/271.htm.
- Bloomberg, valor das obrigações de tesouro portuguesas a dois, três, cinco e dez anos: <http://www.bloomberg.com/apps/quote?ticker=GSPT2YR:IND#chart>, <http://www.bloomberg.com/apps/quote?ticker=GSPT3YR:IND#chart>, <http://www.bloomberg.com/apps/quote?ticker=GSPT5YR:IND#chart>, <http://www.bloomberg.com/apps/quote?ticker=GSPT10YR:IND#chart>.
- Boletim Económico do Banco de Portugal, Verão 2010, Volume 16, Número 2, *Produção e consumo de energia em Portugal: factos estilizados*, João Amador.
- Boletim Económico do Banco de Portugal, Verão 2011, Volume 17, Número 2.
- Boletim Económico do Banco de Portugal, Outono 2010, Volume 16, Número 3.
- Boletim Estatístico do Banco de Portugal, Maio de 2011.
- Boletim Estatístico do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Maio de 2011.
- Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n.º 5, Maio de 2009, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação.
- Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n.º 3, Março de 2011, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

- Censos 2001 / XIV Recenseamento Geral da População / IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos — Portugal, 2002, INE.
- Contas Económicas da Agricultura 1980-2009, edição 2010, INE.
- Contas Nacionais, Agregados Macroeconómicos, INE, Informação Estatística (disponibilizada no site), data da última actualização 09-06-2011.
- Contas Nacionais, Contas Satélites, INE, Informação Estatística (disponibilizada no site), data da última actualização 30-09-2010.
- Desenvolvimento Rural — Plano Estratégico Nacional 2007-2013 — Portugal, Revisão Novembro 2009, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Destaque INE, *Balança Alimentar Portuguesa 2003-2008*, 30 de Novembro de 2010.
- Destaque INE, *Contas Económicas da Silvicultura — Base 2006 / 1986-2008*, 14 de Julho de 2010.
- Destaque INE, *Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006) — 1.º Trimestre de 2011*, 9 de Junho de 2011.
- Destaque INE, *Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras — 2005-2007*, 30 de Outubro de 2009, revisto em 2 de Novembro de 2009.
- Destaque INE, *Estimativas de População Residente — 2010*, 7 de Junho de 2010.
- Destaque INE, *Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas — 2008, Micro, Pequenas e Médias Empresas em Portugal*, 28 de Junho de 2010.
- Destaque INE, *Procedimento dos Défices Excessivos — 1.ª Notificação de 2011*, 31 de Março de 2011.
- Destaque INE, *Rendimento e Condições de Vida — 2010 (Dados Provisórios)*, 11 de Julho de 2011.
- Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal — Estudo elaborado por solicitação da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, António Dornelas (Coordenador), Antonieta Ministro, Fernando Ribeiro Lopes, José Luís Albuquerque, Maria Manuela Paixão, Nuno Costa Santos, Maio de 2010.
- Energy Policies of IEA Countries — Portugal 2009 Review.
- Estatísticas Agrícolas 2009, edição 2010, INE.
- Estatísticas Agrícolas 2010, edição 2011, INE.
- Estatísticas de Bolso, 13 de Setembro de 2010, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
- Estatísticas do Comércio Internacional 1993-2009, edição 2010, INE.
- Estatísticas do Comércio Internacional 2010, edição 2011, INE.
- Estatísticas do Emprego — 4.º Trimestre 2001, edição 2002, INE.
- Estatísticas do Emprego — 4.º Trimestre 2002, edição 2003, INE.

Estatísticas do Emprego — 4.º Trimestre 2010, edição 2011 (e não 2010, como erradamente se refere na capa), INE.

Estatísticas do Emprego — 1.º Trimestre 2011, edição 2011, INE.

Estatísticas da Pesca 1986 — Continente, Açores e Madeira, edição 1987, INE.

Estatísticas da Pesca 1990, INE.

Estatísticas da Pesca 1997, edição 1998, INE.

Estatísticas da Pesca 1998, edição 1999, INE.

Estatísticas da Pesca 1999, edição 2000, INE.

Estatísticas da Pesca 2000, edição 2001, INE.

Estatísticas da Pesca 2001, edição 2002, INE.

Estatísticas da Pesca 2002, edição 2003, INE.

Estatísticas da Pesca 2003, edição 2004, INE.

Estatísticas da Pesca 2004, edição 2005, INE.

Estatísticas da Pesca 2005, edição 2006, INE.

Estatísticas da Pesca 2006, edição 2007, INE.

Estatísticas da Pesca 2007, edição 2008, INE.

Estatísticas da Pesca 2008, edição 2009, INE.

Estatísticas da Pesca 2009, edição 2010, INE.

Estatísticas da Pesca 2010, edição 2011, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 1999, edição 2001, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2000, edição 2002, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2001, edição 2002, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2002, edição 2003, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2003, edição 2004, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2004, edição 2005, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2005, edição 2007, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2006, edição 2008, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2007, edição 2009, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2008, edição 2010, INE.

Estatísticas da Produção Industrial 2009, edição 2010, INE.

Eurostat, *Table Average gross annual earnings in industry and services, by gender/Of full-time employees in enterprises with 10 or more employees (ECU/EUR)*, 2.1.2-r1627-2011-03-11 (PROD).

Eurostat, *Employees by sex, age groups and highest level of education attained (from 25 to 64 years)*, last update: 15-04-2011.

Eurostat, *Persons with tertiary education attainment by age and sex (%) (from 25 to 34 years)*, last update: 20-01-2011.

Eurostat, *Persons with upper secondary education attainment by age and sex (%) (from 25 to 34 years)*, last update: 20-01-2011.

Eurostat, *Population, aged 15 to 74 years, by sex, age groups and highest level of education attained (from 15 to 74 years)*, last update: 15-04-2011.

Eurostat Pocketbooks, *Agricultural Statistics / Main results — 2008-09, 2010 edition*, Eurostat.

Eurostat Pocketbooks, *Science, technology and innovation in Europe*, 2010 edition, Eurostat.

IMF Working Paper, WP/08/112, Competitiveness in the Southern Euro Area: France, Greece, Italy, Portugal, and Spain, 2008, *III. Southern Euro Area Five Countries: Trends in Value Added*, by Iryna Ivaschenko.

Incêndios Florestais — Portugal / Totais Nacionais, Direcção-Geral dos Recursos Florestais do Ministério da Agricultura, Pescas e Floresta (sem data, com dados até 2006, consultado no site da Autoridade Florestal Nacional em 4 de Abril de 2011).

Index mundi, <http://www.indexmundi.com/commodities/>.

Indicadores 2009 — Agricultura, Silvicultura e Pesca, Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005, ano de edição 2006, INE.

International Monetary Fund — Portugal — Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Fund Facility, Prepared by the European Department in Consultation with Other Departments, Approved by Poul M. Thomsen and Martin Mühleisen, May 17, 2011.

5.º Inventário Florestal Nacional — Apresentação do Relatório Final, 7 de Setembro de 2010, Direcção Geral de Gestão Florestal.

Jornal de Negócios, 24 de Abril de 2008, p. 23, quadro, fonte mencionada: Instituto de Segurança Social; Estatísticas da Segurança Social; Remunerações declaradas no 1.º semestre.

Mamede, Ricardo Paes, *Uma parte menos falada da crise de competitividade*, Ladrões de Bicicletas, 17 de Dezembro de 2010, <http://ladroesdebicicletas.blogspot.com/2010/12/uma-parte-menos-falada-da-crise-de.html>, gráfico.

Nota de Informação Estatística do Banco de Portugal, 21 de Fevereiro de 2011.

Orçamento do Estado para 2011, Lei n.º 55-A/2010, Diário da República, 1.ª série — N.º 253 — 31 de Dezembro de 2010.

Pinho, Ivo, «Sector público empresarial antes e depois do 11 de Março», in *Análise Social*, vol. XII (47), 1976 — 3.º, 733-747.

PORDATA, *Remessas de emigrantes, imigrantes e saldo em % do PIB*, última actualização: 2011-04-26, 15:45:43. Fonte de dados: BP — Estatísticas de Balança de Pagamentos, INE-BP — Contas Nacionais Anuais (Base

2006).

PORDATA, *Rendimento nacional e remunerações do trabalho em % do PIB*, última actualização: 2011-04-26, 15:45:44. Fonte de dados: INE–BP – Contas Nacionais Anuais (Base 2006).

PORDATA, *Taxa de desemprego: total e por nível de escolaridade completo (%)*, última actualização: 2011-02-17, 10:16:44. Fonte de dados: INE – Inquérito ao Emprego.

Portugal Agrícola 1980-2006, edição 2007, INE.

Público, 28 de Março de 2011, Economia, João Ramos de Almeida, Quantos “falsos recibos verdes” existem ao certo», http://economia.publico.pt/Noticia/quantos-falsos-recibos-verdes-existem-ao-certo_1487046.

Quadros de Pessoal 2008, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Recenseamento Agrícola 2009 — Análise dos Principais Resultados, edição 2011, INE.

Regulamento (CE) n.º 1214/2007 da Comissão, de 20 de Setembro de 2007, Anexo I — Nomenclatura Combinada, Jornal Oficial da União Europeia – 31 de Outubro de 2007.

Relatório Anual de Áreas Ardidas e Ocorrências 2010 — 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, Direcção de Unidade de Defesa da Floresta, editado pela Autoridade Florestal Nacional / Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal, 2010, INE.

Tribunal de Contas — Parecer sobre a Conta Geral do Estado, Ano económico de 2009, Volume I.

Portugal não é um país pobre, antes um país empobrecido pelas opções de classe de sucessivos governos. Esta justa e sustentada afirmação, foi confirmada pelo PCP, ao longo da campanha «Portugal a Produzir» que se destinou a afirmar o valor estratégico da produção nacional e do aproveitamento das potencialidades do país, para a criação de emprego, o combate à dependência externa e a afirmação de uma via soberana de desenvolvimento.

A campanha partiu da constatação da prolongada fragilização e degradação de importantes sectores produtivos do país, fruto da situação criada com a política de direita e de abdicação nacional, inseparável, aliás, do processo de integração na União Europeia e da natureza do capitalismo, para não só fazer o diagnóstico da actual situação, como identificar recursos e potencialidades nacionais e apontar eixos de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, de que o país precisa.

«Portugal a produzir» é assim a definição de um rumo inverso ao da política de direita que, correspondendo às legítimas aspirações dos trabalhadores e do Povo português a uma vida melhor, se afirma como uma grande proposta do PCP para o presente e o futuro de Portugal.

Documentos Políticos do Partido Comunista Português
SÉRIE ESPECIAL

 **edições
Avante!**

